

RENY MARIA GREGOLIN GUINDASTE

A Categoria Vazia na Posição de Objeto em Português:
Uma Abordagem Gerativa Representacional.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras, área de concentração: Lingüística de Língua Portuguesa, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Faraco.

CURITIBA

1988

Aos meus filhos,

Rodrigo e Raquel.

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, Rodrigo e Raquel, pelas horas de estudos em que nos distanciamos. Que meu esforço, para a realização deste trabalho, lhes seja uma lição de perseverança para a vida.

Ao meu marido, Roberto, pelo incentivo e compreensão.

Aos meus pais, Ana e Evaristo, pelo exemplo de dignidade.

Ao meu orientador, Carlos Alberto Faraco, pela dedicação, paciência, gentileza, serenidade e principalmente por me fazer sentir capaz de voltar a estudar, minha gratidão para sempre.

Aos professores e coordenadores do curso de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Paraná, que contribuíram para a minha formação lingüística.

A minha colega, Elena Godoi, pelas longas e proveitosas discussões lingüísticas que me fizeram aprender a pensar.

Aos que me ensinaram gramática gerativa, aos que me cederam gentilmente bibliografia e aos que me indicaram leituras: Milton do Nascimento, Charlotte Galves, Daniel Everett e Miriam Lemle.

À ABRALIN, que, no IX Instituto Brasileiro de Lingüística, promoveu o curso de Sintaxe com Milton do Nascimento.

À CAPES, pelo auxílio financeiro que me possibilitou a aquisição de vasta bibliografia.

À SEED, que me permitiu um período de afastamento do trabalho, durante parte do curso de pós-graduação.

A todos os que, de um modo ou de outro, contribuíram para a concretização deste trabalho.

SUMÁRIO

Resumo	V
Summary	VI
INTRODUÇÃO	01
1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	05
1.1. Considerações sobre a Teoria da Gramática Gerativa .	05
1.2. O funcionamento do modelo	08
1.3. A organização da Gramática	10
1.4. Um modelo representacional	14
1.5. As subteorias	17
1.5.1. A teoria \bar{X}	17
1.5.2. A teoria θ	18
1.5.3. Teoria do Caso	25
1.5.4. Teoria da Regência	27
1.5.5. Teoria da Vinculação	31
2. AS CATEGORIAS VAZIAS NA TEORIA DA REGÊNCIA E VINCULAÇÃO .	37
2.1. Importância do assunto	37
2.2. Histórico das Categorias Vazias	38
2.3. O tratamento das categorias vazias nos anos 80	41
2.3.1. Os critérios de identificação da categoria vazia	42
2.3.2. Tipologia das categorias vazias	44

...

3. ANÁLISE DA CATEGORIA VAZIA OBJETO NO PORTUGUÊS DO	
BRASIL	47
3.1. A presença da categoria vazia objeto	47
3.2. A natureza da categoria vazia objeto	54
3.2.1. A proposta de BOUCHARD	57
3.2.2. A proposta de AOUN	66
3.2.3. A proposta de HUANG	87
3.2.4. A proposta de FARREL	96
3.2.5. Outra proposta de análise	103
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120

RESUMO

O objetivo desta dissertação é o estudo da categoria vazia na posição de objeto, no português do Brasil, tendo como quadro de referência a Teoria da Gramática Gerativa, proposta por CHOMSKY, nos anos 80.

Este trabalho está dividido em quatro partes:

No capítulo 1 fazemos considerações gerais sobre o modelo de gramática, sua organização e subteorias.

No capítulo 2 apresentamos os critérios para identificação da categoria vazia e fazemos um breve histórico do assunto, da Teoria Padrão à Teoria da Regência e Vinculação.

No capítulo 3 analisamos dados empíricos do português, nos quais o objeto direto não se realiza na forma fonética, mas está presente na estrutura sintática, à direita do verbo. Para verificar a natureza desta categoria vazia discutimos as propostas de BOUCHARD (1984), HUANG (1984), AOUN (1985), RIZZI (1986) e FARREL (1987). Apresentamos uma análise alternativa a favor da seguinte hipótese: a categoria vazia objeto, em português, tem natureza pronominal.

Concluimos que é viável uma análise dos dados do português considerando apenas a estrutura de superfície, por um modelo representacional.

No capítulo 4 fazemos algumas considerações gerais.

SUMMARY

The aim of this paper is to study the empty category in the object position, in Brazilian Portuguese, having as referential background the Government and Binding Theory, proposed by CHOMSKY, in the eighties.

This work is divided into four parts:

In chapter I we make general considerations about the model of grammar, its organization and subtheories.

In chapter II we present the criteria for identification of the empty categories and we make a short account of the issue from the Standard Theory up to the Government and Binding Theory.

In chapter III we analyse Portuguese empirical data in which the direct object is not overt in the phonetic form, but it is present in the syntactic structure, on the right of the verb. To decide what the nature of this empty category is we discuss the theoretical positions of BOUCHARD (1984), HUANG (1984), AOUN (1985), RIZZI (1986) and FARREL (1987). We present in this chapter an alternative analysis in favour of the following hypothesis: the empty object, in Portuguese, has a pronominal nature.

We conclude that it is feasible to analyse the Portuguese data, considering only the surface structure, according to the representational model of grammar.

In the final chapter we make some general considerations.

INTRODUÇÃO

Nosso caminho percorrido até agora na Lingüística não foi uma linha reta.

A primeira preocupação foi estudar anáforas em textos. Pretendíamos chegar aos que não estavam familiarizados com os estudos recentes da Lingüística, para os quais anáfora, "*do gr. anaphorā, pelo latim anaphora*", tinha apenas o significado dicionarizado e nada mais era do que a "*repetição de uma ou mais palavras, no princípio de duas ou mais frases ou de dois ou mais versos*". (p. 91)¹⁴*

Na lingüística textual, anáfora não é uma figura de linguagem, como o exposto acima. HALLIDAY & HASAN²⁰ tratam anáfora como um mecanismo de coesão textual, como a propriedade que um item lexical tem, de fazer referência, dentro do texto, a um elemento precedente. Neste modelo teórico, pronomes pessoais, demonstrativos e outros elementos de ligação são considerados anafóricos. O termo ocorre aqui, então, com significado completamente diferente daquele que está difundido e dicionarizado.

A partir das postulações de HALLIDAY & HASAN²⁰, verificamos que toda anáfora tinha algum antecedente no texto, sem distância limitada. Examinamos produções de textos escolares e catalogamos as ocorrências de anáforas, mas os dados associados à

*A numeração indica referências bibliográficas e as notas são indicadas com asteriscos.

teoria não ultrapassaram de um estudo descritivo e não possibilitaram uma formalização teórica precisa do assunto.

Assim, as buscas teóricas para o estudo das anáforas, extrapolando o nível da sentença, apesar de não terem sido em vão, fizeram-nos desviar para a rota que agora pretendemos seguir.

Na busca de um modelo teórico sólido e único, optamos pela Teoria da Gramática Gerativa Chomskyana, uma teoria mentalista, já com trinta anos de tradição. Embora restrita ao nível da sentença, a gramática gerativa apresenta princípios suficientes para tratar dados empíricos e o seu amparo teórico é mais sólido do que o da lingüística textual.

Mesmo na própria teoria gerativa, o tratamento das anáforas sofreu modificações, ao longo da evolução dos modelos, mas permaneceu sempre limitado ao nível da sentença, um dos primitivos da teoria.

A partir dos anos 80, a Teoria da Regência e Vinculação, com a explicitação dos princípios de ligação, delimitou e restringiu as possibilidades de vinculação de um elemento com seu antecedente: tratou das anáforas e pronomes, os quais estando em distribuição complementar, podem ser confrontados.

Na gramática gerativa o termo anáfora não pode ser entendido como "figura de linguagem" e nem como um elemento que tem antecedente fora dos limites da sentença, como na lingüística textual.

No quadro teórico de referência para este trabalho, que é a Teoria da Regência e Vinculação, uma anáfora é um elemento que precisa ter um antecedente, mas um antecedente na mesma sentença. (c.f. adiante em 1.5.4)

O pronome, na Teoria da Regência e Vinculação, é um elemento que deve estar livre, não podendo ter antecedente na mesma

sentença. (S daqui por diante)

Na seqüência do trabalho, observamos, pela teoria adotada, que tanto as anáforas como os pronomes não ocorriam, nas estruturas sintáticas, apenas como elementos lexicais plenos, foneticamente realizados. Nas estruturas sintáticas estavam presentes elementos não realizados, as chamadas categorias vazias, (CV) daqui por diante, que, embora sem conteúdo fonético, manifestavam-se, sintaticamente, na estrutura superficial.

Mesmo como elementos vazios na forma fonética, as anáforas e pronomes têm existência e conteúdo explicados por princípios sintáticos. (c.f. 3.1 adiante)

Dependendo do contexto sintático em que se inserem, as categorias vazias ora comportam-se como anáforas, ora como pronomes: é pela configuração da estrutura sintática que podemos decidir quando é uma ou outra.* (c.f. 1.2 adiante)

O objetivo deste trabalho é examinar a categoria vazia (CV), na posição de objeto, para verificar a natureza da CV em estruturas como:

1. Joana viu CV na televisão ontem.
2. Este carro eu não compraria CV.

Dados, com configuração estrutural semelhante a 1 e 2, serão analisados conforme as propostas de CHOMSKY¹⁰⁻¹¹, BOUCHARD³, AOUN¹, RIZZI³⁹, HUANG²¹ e FARREL¹³, encontrados em estudos de gramática gerativa, dos anos 80.

No capítulo 1 serão feitas algumas considerações teóricas para situar o assunto no quadro geral da gramática. O objetivo deste capítulo é explicitar brevemente como funciona o modelo de gramática que estamos assumindo, como se organizam os componentes do modelo, neste estágio da teoria, e, ainda, apresentaremos as

*Quanto à possibilidade de ocorrência de variáveis cf. 1.5.5, 2.3.2 e 3.2.3 adiante.

subteorias, relevantes para este trabalho, que o modelo comporta. Será apresentada, ainda neste capítulo, a possibilidade de assumirmos um modelo representacional.

No capítulo 2 trataremos especificamente das categorias vazias (CVs) na Teoria da Regência e Vinculação, (T.R.V.) daqui por diante. A preocupação será acompanhar historicamente as modificações no tratamento dado às CVs, ou seja, um tratamento categorial, seguido de um tratamento funcional.

No capítulo 3 analisaremos dados do português do Brasil em que ocorre uma categoria vazia, na posição de objeto, à direita do verbo. Após argumentarmos a favor da existência da CV, aplicaremos aos dados do português a Teoria da Vinculação Generalizada de AOUN¹ e a proposta de BOUCHARD³ para verificar se a natureza desta CV é anafórica. A seguir, discutiremos as propostas de HUANG²¹, FARREL¹³ e RIZZI³⁹ e apresentaremos uma análise alternativa para os dados 1 e 2, argumentando a favor da hipótese de que a CV objeto, em português, tem natureza pronominal.

No último capítulo faremos algumas considerações gerais.

1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

1.1. Considerações sobre a Teoria da Gramática Gerativa

O objetivo deste capítulo é introduzir os pressupostos teóricos e alguns conceitos da teoria da gramática proposta por CHOMSKY. A intenção é apenas fornecer uma visão geral do modelo, nos últimos anos, conforme a Teoria da Regência e Vinculação, proposta por CHOMSKY, nas obras de 1981 e 1982¹⁰⁻¹¹, na esteira da qual se apoiará esta dissertação. Para isto mostraremos: como funciona e como se organiza o modelo de gramática e quais as subteorias que o modelo comporta e que são relevantes para a argumentação na análise dos dados.

As hipóteses sobre a sintaxe do português nos levaram a assumir modificações teóricas alternativas, já admitidas por CHOMSKY¹¹⁻¹², que serão apresentadas neste capítulo.

Antes de focalizarmos o modelo de gramática e as subteorias, lembraremos que duas mudanças conceptuais profundas podem ser apontadas nos estudos de linguagem, nas últimas décadas.

Primeiro houve a mudança do distribucionalismo para o gerativismo; a segunda mudança ocorreu dentro da própria teoria gerativa: o sistema de regras foi substituído por um sistema de princípios.

O conjunto de princípios, assumidos como já presentes na bagagem genética do ser humano, constitui a Gramática Universal (GU), objeto que a teoria pretende explicitar.

Sendo a Teoria Chomskyana totalmente mentalista, a Linguística, desenvolvida neste quadro teórico, se propõe a investigar o que acontece na mente humana, para chegar ao entendimento da faculdade humana da linguagem.

O objeto da Linguística é colocado, então, na mente do falante. A preocupação do linguista é com a língua-I, com a linguagem internalizada e não com a língua-E, a linguagem do mundo (ver p. 19-42)¹². Esta língua-E não é um estímulo suficientemente rico para que a criança aprenda a língua a que é exposta, em tão pouco tempo. Pressupõe-se que a criança não aprende, mas adquire a língua pondo em funcionamento os princípios da GU, que são inatos. Assim, o papel da experiência é apenas o de detonar um conhecimento interno que a criança já teria virtualmente.

A GU define os princípios que podem ser diferentemente realizados em cada língua. Cada uma dessas diferenças constitui a chamada variação paramétrica.

Pressupõe-se também que muitas das características das gramáticas particulares podem ser dedutíveis da variação paramétrica fixada pela língua, o que, em tese, daria conta da rapidez com que a criança domina a gramática da sua língua particular (GP).

O problema que a criança enfrenta no processo da aquisição da linguagem é justamente a descoberta dos parâmetros, fixados por sua língua particular em cada módulo da gramática.

Módulo é cada uma das subteorias ou subsistemas (c.f. adiante em 1.5) que permite um grau limitado de variação paramétrica, para cada língua particular. Por isso diz-se que, na T.R.V., temos uma visão modular da sintaxe, compatível com a aceitação da hipótese da modularidade da mente (p. 72)¹¹.

São os princípios da GU que prevêem tais parâmetros, os quais se realizam até atingir o estágio estável da G P.

A interação dos princípios dos vários módulos é que dará conta de uma estrutura possível, ou seja, se uma sentença é ou não gramatical, bem formada e aceitável.

A gramaticalidade de uma estrutura estará diretamente ligada à competência do falante, não importa o desempenho. Quando alguém sabe uma língua, considera-se que tem competência para distinguir, intuitivamente, se uma seqüência de palavras, que forma uma estrutura, é ou não é aceitável. É este conhecimento intuitivo da língua que leva à pesquisa da capacidade mental, a qual deve estar envolvida na aquisição da linguagem.

Parte relevante do conhecimento lingüístico é o léxico de cada língua que discrimina propriedades abstratas: fonológicas, sintáticas e semânticas dos itens da língua.

As propriedades dos itens lexicais somam-se aos recursos fornecidos pelos princípios gerais de cada módulo formando um todo, que aciona o funcionamento sintático.

As regras de estrutura frasal (como apareciam na Teoria Padrão em 1965⁵) são abandonadas na T.R.V.¹⁰⁻¹¹. Esta eliminação é possível uma vez que as informações contidas nas regras são redundantes com as fornecidas pelos esquemas de subcategorização. Por exemplo, a informação de que um verbo transitivo, como "comprar", é seguido de um sintagma nominal (SN) objeto, estaria expressa no esquema de subcategorização do verbo, sem necessidade das regras de estrutura frasal.

Neste sentido, pode-se destacar que o léxico altera seu papel no desenvolvimento da teoria: de apenas repositório de idiosincrasias dos itens lexicais (Teoria Padrão⁵) passa a ser,

acoplado ao princípio de projeção, um componente central para a organização dos níveis de representação. Estão explicitados no léxico, por exemplo, os esquemas de subcategorização dos verbos (com que argumentos cada verbo pode ocorrer) que devem ser preservados de acordo com o princípio de projeção, em todos os níveis de representação, conforme a T.R.V.¹⁰⁻¹¹

1.2. O funcionamento do modelo

Para ilustrar como funciona a interação entre o léxico e os módulos da gramática tomaremos as sentenças 3, abaixo:

3.a) Esta boneca não quero CV.

3.b) Esta boneca não quero ela.

A primeira pergunta que se coloca na teoria é: qual o conhecimento específico que a criança deve ter para ser capaz de produzir uma sentença como 3a ou entendê-la?

Primeiro é preciso que a criança saiba as propriedades lexicais das palavras que ocorrem na sentença. Ela deve "saber internamente" que "querer" é um verbo transitivo direto que seleciona uma categoria realizada como objeto direto, nesta língua particular.

Pela teoria \bar{X} (ver 1.5.1 adiante), "querer" deve ser o núcleo do sintagma verbal e, pelo princípio de projeção (ver 1.5.2 adiante), o objeto, um SN, deve aparecer na representação sintática.

Este objeto pode aparecer foneticamente realizado como um item lexical pleno, conforme vemos em 3b, ou ocorrer como um ele-

mento vazio na posição de objeto, como em 3a onde nenhum SN aparece adjacente ao verbo, foneticamente realizado.

Em 3a e 3b, o sujeito também não está realizado. Há outra categoria vazia (CV) na posição de sujeito, uma variação paramétrica do português que, diferente do inglês e do francês, admite sentenças sem sujeito explícito, assunto este que não trataremos aqui.

Os dados 1, 2 e 3a mostram que grande parte da estrutura é determinada simplesmente pelas propriedades lexicais e pela relação núcleo-complemento, dada por princípios da GU. Assim, todas as conexões sintáticas são determinadas por princípios da GU e os itens lexicais são adquiridos, com rapidez e precisão, no processo de aquisição da linguagem.

Com relação à correferência e ligação de elementos, os princípios, também universais, são processados do mesmo modo.

Tomemos as seguintes sentenças:

- 4.a) Aninha sabe que a Raquel_i se_i molhou.
 4.b) Aninha sabe que a Raquel_i te_j molhou.
 4.c) Aninha sabe que a Raquel_i molhou CV_j aqui.

Como a criança sabe interpretar de modo diferente as estruturas acima? A teoria pressupõe que não se trata de aprendizagem. São os princípios universais de vinculação que estabelecem que o reflexivo "se", em 4a, deve ter antecedente na mesma S, isto é, é uma anáfora; que em 4b, o pronome "te" não pode ser interpretado como correferente a "Raquel", o que lhe dá as características apontadas pela teoria, ou seja, é livre na sua categoria de regência, isto é, não se liga a nenhum elemento na mesma sentença (S) que o contém. Em 4c, há uma CV na posição de

objeto. É vazia, mas está na estrutura, o que se deduz pelas propriedades lexicais do verbo "molhar" que, como "ver", "querer" e "comprar", seleciona um objeto direto.

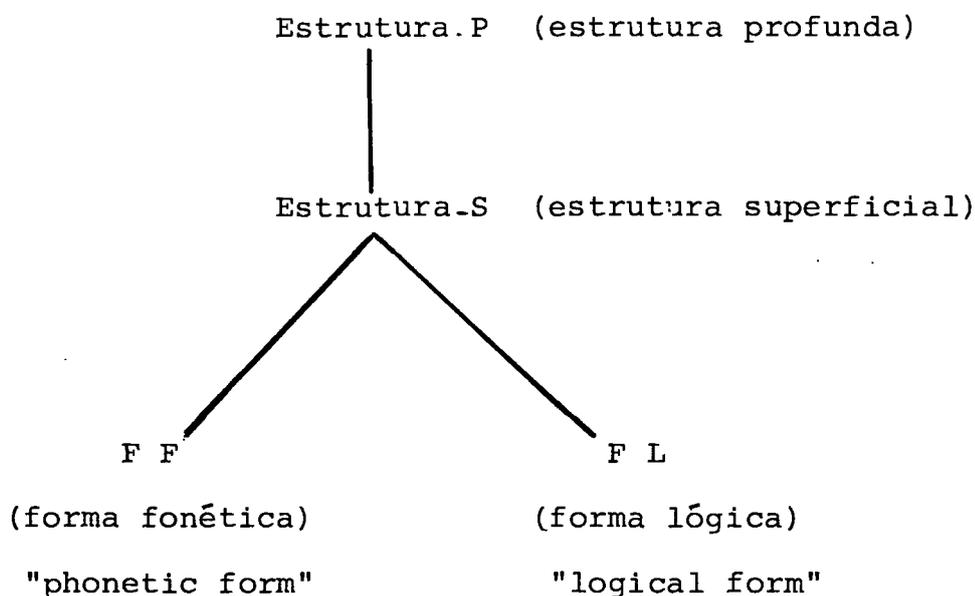
Assim, a interpretação de 4a, 4b e 4c é dedutível dos princípios universais de vinculação (cf. 1.5.5) e do conhecimento dos itens lexicais.

A criança sabe interpretar tais fatos sintáticos, sem aprender regras e sim fixando parâmetros, plausíveis com a gramática particular, da língua a que é exposta.

1.3. A organização da gramática

A gramática modular, que se propõe a explicitar fatos como os já mencionados em 1.2, está organizada em quatro níveis diferentes, cada um expressando aspectos específicos do conhecimento da linguagem.

Estes quatro componentes estão dispostos na seguinte configuração:



Estes quatro componentes são níveis de representação mental. Não evidenciam a realidade de um enunciado, mas pretendem mostrar uma realidade da estrutura da mente. Cada nível expressa certos aspectos específicos do nosso conhecimento da linguagem.

Os níveis da estrutura superficial (estrutura-S) e da estrutura profunda (estrutura-P) já figuram nos primeiros modelos da gramática gerativa chomskyana. Na T.R.V. desempenham um papel semelhante. A forma fonética (FF) e a forma lógica (FL) são dois outros níveis introduzidos na teoria.

A FF é um nível que representa a saída da gramática e corresponde à representação do som da estrutura S.

As propriedades da FF não têm sido muito abordadas na T.R.V. e neste trabalho também não serão focalizadas.

A FL, nesta teoria, não tem o mesmo sentido da forma lógica da filosofia tradicional. A FL aqui é um nível de gramática que representa a sintaxe do sentido. É um tipo de forma lógica construída a partir da estrutura S.

Assim para a estrutura-S, 5a abaixo, temos a FL 5b.

5.a) Que carro João comprou CV?

5.b) Para qual x, x um carro, João comprou x.

A FF e a FL, embora independentes, são o ponto de contato entre a gramática e os outros componentes da mente que interagem com a faculdade de uso da linguagem e sua interpretação.

Sobre estes componentes, CHOMSKY, na sua obra de 1986, assim se expressa:

We may assume that the levels PF e LF are the "interface" between formal structure and other components of the mind / brain which interact with the language faculty (in the sense of this discussion) in the

use of language in thought, interpretation and expression (p. 157)¹².

Além dos níveis FF e FL, os chamados componentes interpretativos, temos ainda, no modelo de gramática, a estrutura-P e a estrutura-S.

A estrutura-P, na T.R.V., é uma projeção do léxico, um nível onde o item lexical aparece já com seu esquema de subcategorização realizado. É nesse nível que as funções gramaticais são relevantes para a definição das relações temáticas.

Os esquemas de subcategorização referem-se à subcategorização dos núcleos o que corresponde à realização sintática dos argumentos do verbo. Comparemos os dados 6 e 7 abaixo:

6. João sorriu.

7. João comprou um carro.

Em 6, o verbo "sorrir" não subcategoriza nenhum complemento, enquanto em 7, o verbo subcategoriza um argumento interno: o complemento obrigatório que é objeto direto.

Na estrutura-P, conforme o modelo de CHOMSKY, na T.R.V., estão representados os papéis temáticos dos argumentos do verbo, relacionados com as funções gramaticais que desempenham (p.43¹⁰).

É assumido, na T.R.V.¹⁰⁻¹¹, que a estrutura-S é derivada diretamente da estrutura-P por uma regra sintática "mova α ". Os dois níveis, estrutura-P e estrutura-S, formam então o componente sintático e estão relacionados por "mova α ".

Este modelo de gramática, na T.R.V., é ainda um modelo derivacional. Conserva o componente transformacional, "mova α ", que permite que qualquer categoria seja movida para qualquer lugar.

A estrutura_P é o nível em que se definem as relações semânticas das funções gramaticais, mas é na estrutura_S que as funções gramaticais podem ser configuracionalmente definidas. É na estrutura_S que ocorrem as operações de indexação e é este nível que serve de entrada aos componentes interpretativos, FF e FL.

A indexação, a que estamos nos referindo, na T.R.V., consiste na atribuição livre de índices referenciais aos sintagmas e isto é feito de modo intuitivo pelo falante. Esta indexação obedecerá aos princípios de ligação acionados pela gramática universal, como exemplificamos anteriormente com os dados 4a, 4b e 4c. (para detalhes sobre a Indexação, ver p. 48³⁰)

Sobre os componentes da gramática afirma CHOMSKY, em sua obra de 1986:

Specially, the D-structure serve as an abstract representation of semantically relevant grammatical relations such as subject-verb, verb-object and so on, one crucial element that enters into semantic interpretation of sentences (recall that these relations are also indirectly expressed at S-structures, assuming traces). It has, however, become clear that other features of semantic interpretation having to do with anaphora scope, and the like are not represented at the level of D-structure but rather at some level closer to surface structure... (p. 67)¹²

A partir desta afirmação de CHOMSKY é que levaremos em consideração a estrutura_S, num modelo que explicitaremos a seguir.

1.4. Um modelo representacional

Num modelo representacional de gramática em que a estrutura *P* seria abstraída da estrutura *S*, passando esta a ser o nível relevante para as análises, as funções gramaticais podem ser definidas a partir da configuração estrutural.

A estrutura *P* seria, neste modelo, o nível a que se chega partindo da estrutura *S* e, nesse sentido, o modelo não teria mais transformação alguma.

Diante desta nova postura, "mova α " seria apenas uma propriedade da estrutura *S*, com a tarefa de relacionar um antecedente e um conseqüente e não mais um mecanismo para relacionar a estrutura *P* à estrutura *S*.

Em síntese, CHOMSKY aponta duas direções possíveis para considerarmos a regra "mova α ": uma possibilidade é assumirmos um modelo derivacional; outra é assumirmos um modelo representacional.

Num modelo derivacional a regra sintática "mova α " relaciona as duas estruturas *P* e *S*, enquanto num modelo representacional a estrutura *S* é gerada diretamente e a regra "mova α " passa a ser considerada apenas uma relação, entre um antecedente e um conseqüente, nesta estrutura.

A possibilidade de opção por um modelo não transformacional é delineada pelo próprio CHOMSKY, como podemos deduzir de suas próprias palavras, na obra de 1986.

We regard move α as an operation converting D-structure to S-structure. A possible alternative interpretation that regards "move α " as in effect a property of S-structure, so that D-structure is "abstracted" from S-structure, would require a somewhat different analysis of the phenomenon. (p. 114)¹²

Admitindo a alternativa acima proposta, a vinculação de um elemento com o antecedente pode ser uma operação exclusiva na estrutura-S, já que a regra "mova α " pode ser considerada uma relação, conforme CHOMSKY admite na sua obra de 1982, e não mais um mecanismo de transformação.

Let's consider more closely the rule move α , which we now assume to constitute the transformational component of the syntax with certain parameters. Considering the syntactic rule move α abstractly, we see... that...

Move α is the relation between an antecedent and a gap. (p. 33)¹¹

Em síntese, CHOMSKY admite a eliminação do componente transformacional, desde que isto não implique a proliferação de sistemas e subsistemas. (p. 16)¹¹

Embora admita que o componente transformacional remanescente (mova α) pode ser reduzido a uma relação na estrutura-S, CHOMSKY mostra-se favorável a um modelo derivacional.

Na verdade a maioria dos trabalhos em gramática gerativa desenvolvem-se amparados num modelo derivacional. Não são numerosos os trabalhos que assumem um modelo não transformacional, mas esta alternativa já inspirou algumas linhas de pesquisa.

Já em 1978, KOSTER²⁷ defende uma postura a favor de uma gramática configuracional e contra um modelo transformacional, com movimento. (c.f. p. 187)²⁷

Podemos apontar também a proposta de Miriam LEMLE²⁸, de 1984, que assumiu, em suas análises para dados do português, um tratamento interpretativista em lugar de um tratamento transformacionista.

RIZZI³⁸, em 1982, aponta também que um modelo representacional dá conta de fatos da sintaxe das línguas românicas, problemáticos para um modelo derivacional. (c. f. p. 2)³⁸

Conclusão semelhante encontramos num trabalho de OBENAUER³² de 1984, sobre a identificação das categorias vazias. Assumindo que categorias vazias podem ser funcionalmente identificadas na estrutura-S, em termos puramente representacionais, OBENAUER arrola argumentos empíricos do francês e mostra que um tratamento representacional dá conta da agramaticalidade de dados que um modelo derivacional não explicaria. (p. 174 e 177)^{32*}

Para análise da CV objeto em português, assumiremos um modelo representacional e consideraremos como relevante apenas a estrutura-S e a configuração estrutural, neste nível, sem acrescentar à teoria outros princípios além dos já existentes.

Esta proposta teórica alternativa poderia ser considerada uma decorrência natural da evolução dos modelos, uma vez que houve, desde 1965, um decréscimo sensível do componente transformacional.

Podemos considerar que a T.R.V. é o resultado de um processo gradual, longo e contínuo, de redução do número e do poder das transformações. O primeiro passo para isso foi dado em 1967, com "*Remarks on Nominalization*"⁶ e o segundo em 1973, com "*Conditions on Transformations*"⁷.

Além da eliminação do poder das transformações, a busca de generalizações cada vez maiores é um esforço permanente na teoria. A substituição do sistema de regras por um conjunto de

*Não citaremos dados dos trabalhos de KOSTER²⁷, RIZZI³⁸ e OBENAUER³² porque não constituem objetivo de análise nesta dissertação.

princípios é um meio de eliminar as redundâncias e de se conseguir generalizações.

Assumindo o sistema de princípios, no lugar do sistema de regras, temos como consequência o relevante papel das propriedades da representação, ao invés de se dar maior importância às propriedades de derivação.

Assim, os elementos que formam uma configuração representacional são considerados de acordo com sua função e esta depende da relação deste elemento, dentro da estrutura sintática. As possibilidades de transformação não são mais relevantes.

CHOMSKY considera que qualquer nível de representação é determinado pela fixação dos parâmetros da GU (p. 14)¹¹, logo considerando dados empíricos, numa perspectiva representacional, as sentenças, geradas diretamente na estrutura S, teriam sua gramaticalidade ou agramaticalidade justificadas por princípios universais, neste nível.

Estes princípios universais distribuem-se nas diversas subteorias ou módulos da gramática, dos quais trataremos a seguir.

1.5. As subteorias

1.5.1. A teoria \bar{X}

A teoria \bar{X} foi desenvolvida nos anos 70 e desempenha papel importante na T.R.V., no estágio contemporâneo da teoria.

Entre as vantagens trazidas pela teoria \bar{X} , podemos apontar a possibilidade de restringir o componente de base da gramã-

tica e a de abandonar o fragmento de gramática particular.

Neste módulo, as categorias organizam-se projetando-se em sintagmas, cujos núcleos são as categorias lexicais básicas. Estas são classificadas em termos de traços categoriais: $[\pm N]$ e $[\pm v]$.

A noção de núcleo é fundamental e relevante para a sintaxe. Assim, o núcleo de um SN, ou \bar{N} , é um N e o SN é a projeção de N.

Apenas dois níveis de projeção têm sido permitidos para cada núcleo X: \bar{X} e $\bar{\bar{X}}$. Assim, $\bar{\bar{X}}$ é a projeção máxima de uma categoria X.

Uma das versões do esquema da teoria \bar{X} , presente na literatura, é a que opera com a noção de categorias irmãs.

As categorias que são irmãs do núcleo lexical são seus argumentos, na estrutura sintática.

Desse modo, o sujeito não é considerado irmão do núcleo verbal, enquanto o objeto direto o é.

Pela teoria \bar{X} , o argumento de um verbo pode ser definido como um constituinte que o núcleo verbal subcategoriza e o objeto direto, como afirmou SELLS⁴² em sua obra de 1985, é o argumento prototípico da sintaxe: o sujeito não é subcategorizado pelo verbo, enquanto o objeto direto é.

1.5.2. Teoria θ

A teoria dos papéis temáticos, cuja primeira noção foi introduzida por GRUBER¹⁹ em 1965 e retomada por JACKENDOFF em 1972²² e em 1987²³, tem desempenhado importante papel nos estudos de sintaxe.

Em um texto recente, de 1987, sobre as relações temáticas

na teoria lingüística, JACKENDOFF afirma:

The notions of Θ role and Θ marking, originally based on thematic relations, are now central to Government - Binding Theory ... Given the importance of these notions, it is crucial to find out what they really are... (p. 371)²³

Com a afirmação acima, encontrada no último trabalho citado de JACKENDOFF, fica patente que ainda não estão claros quais os papéis temáticos possíveis e nem os critérios para designá-los.

Nos trabalhos em sintaxe gerativa, na T.R.V., a responsabilidade maior tem sido ainda a da intuição, o que JACKENDOFF não nega que seja válido, como ponto de partida. Depois da intuição, outros passos e mecanismos, segundo JACKENDOFF²³, podem nortear a determinação de papéis temáticos.

O estudo das relações temáticas é um problema semântico, como afirma o próprio JACKENDOFF (p. 372)²¹, mas precisamos considerá-lo aqui, porque, pela teoria Θ , é importante salientar que estes papéis temáticos são designados a argumentos de verbos e, portanto, o objeto direto deve ter um papel temático.

Partimos de que o objeto direto é um argumento interno do verbo, representado na estrutura temática desse verbo que o subcategoriza e rege. É este verbo que marca tematicamente o objeto e, portanto, é responsável pela designação do papel temático ao objeto. Assim, a marcação temática é feita do núcleo verbal para o seu complemento.

Não pretendemos, neste trabalho, nomear os papéis temáticos que os verbos designam a cada objeto, em cada estrutura que ana-

lisaremos no capítulo 3.

Assumiremos que o objeto direto sustenta um papel temático e que há propriedades já presentes na entrada lexical do verbo, já presentes na sua estrutura argumental, que influenciam no papel temático do argumento desse verbo.

Embora a preocupação central de JACKENDOFF não seja a sintaxe, é nele que buscamos alguns subsídios para tentar esclarecer este assunto, do qual há inúmeras referências, porém, muita obscuridade.

No texto recente de JACKENDOFF^{2 3}, a que estamos nos referindo, encontramos a seguinte afirmação:

There are many kinds of arguments for which there is no traditional name. (p. 378)^{2 3}

Embora não haja nomes específicos para as relações temáticas sustentadas pelos objetos diretos que serão tratados no capítulo 3, assumiremos, seguindo JACKENDOFF, que o papel semântico conceptual pode ser definido em termos funcionais, isto é, conforme o contexto de ocorrência do objeto.

JACKENDOFF^{2 3} alerta para que não se crie um papel temático para cada verbo e sugere que consideremos o ambiente semântico em que cada verbo aparece. Exemplifica com o dado 8a, abaixo, correspondente a 8b em português, onde há uma meta, mas esta meta não está explícita.

8.a) John climbed the mountain. (p. 378)^{2 3}

8.b) João subiu a montanha.

Nos dados 8, a meta é o topo da montanha e não a própria montanha, segundo JACKENDOFF^{2 3}.

Como vemos, o estudo deste assunto extrapola o nível da sintaxe, ao qual estamos nos limitando neste trabalho.

Embora o trabalho recente de JACKENDOFF²³ seja esclarecedor em muitos pontos, continuaremos buscando amparo teórico na Teoria θ , como foi proposta na T.R.V.¹⁰⁻¹¹ e tomaremos o critério θ e o princípio de projeção, de CHOMSKY¹⁰⁻¹¹, para embasar nossa análise do argumento interno dos verbos.

Partindo de que um verbo como "comprar" tem dois argumentos "x compra y", só trataremos do argumento "y", que recebe o papel θ do verbo.

CHOMSKY aponta, como condição de boa formação na designação dos papéis temáticos, o critério θ . Este princípio exige que cada papel temático seja designado a um argumento e que cada argumento receba apenas um papel temático. (p. 36)¹⁰

Se um constituinte tem um papel temático para designar, pelo critério θ , deve haver um argumento para receber este papel temático. Se este elemento não estiver foneticamente realizado, deve estar presente na estrutura como uma CV, uma categoria sem matriz fonética, mas sintática e semanticamente ativa.

Assim, nos dados 1, 2 e 3a, além do verbo subcategorizar um argumento interno ao qual designa papel temático, há outro princípio guia da teoria que exige a CV naquelas estruturas: é o princípio de projeção. (p. 29)¹⁰

Pelo princípio de projeção é exigido que a subcategorização dos itens lexicais e o papel temático do item subcategorizado sejam mantidos em todos os níveis: estrutura-P, estrutura-S e FL.

Tem sido considerado, na T.R.V., que a estrutura-P é a representação pura das funções gramaticais e da estrutura argumen-

tal do verbo. Então, as relações temáticas são marcadas na estrutura-P. Esta postura corresponde à perspectiva derivacional.

Numa perspectiva representacional, onde apenas a estrutura-S é levada em consideração na análise, a atribuição dos papéis temáticos teria lugar neste nível, assim como sua verificação.

Se, conforme JACKENDOFF²³, é preciso levar-se em consideração a configuração semântica, onde se encontra o verbo, como ponto de partida para o estudo dos papéis temáticos, então isto pode ser feito na estrutura-S. Desse modo, a verificação dos papéis temáticos, num modelo representacional, também é viável.

A possibilidade de checarmos o papel temático, na estrutura-S, já foi apontada também por RIEMSDIJK & WILLIAMS⁴⁷, embora o modelo de gramática apresentado por eles não seja representacional.

θ roles are instead assigned in S-structure, precisely because the ultimate goal is that θ theory will participate in explaining the distribution of S-structures traces. (p. 244)⁴⁷

Dada a afirmação acima é necessário, para RIEMSDIJK & WILLIAMS, operar com a noção de cadeias.

É a cadeia que permite que a CV, presente na estrutura sintática, transmita o papel temático a outro elemento da S. A noção de cadeia, introduzida por CHOMSKY, tem um papel importante na T.R.V.

A atribuição de papel temático a cadeias obedece também ao critério θ: cada cadeia deverá e só poderá receber um papel temático e a rede de relações temáticas da cadeia deve permanecer a mesma em todos os níveis, conforme propõe CHOMSKY, na T.R.V.

Dado o caráter derivacional do modelo chomskyano, a cadeia tem sido nele caracterizada, intuitivamente, como um artifício para explicitar propriedades de derivações ou transformações, na estrutura sintática. Isto porque, quando um elemento é movido, estabelece-se uma ligação entre ele e a categoria deixada vazia.

RIZZI³⁸, em 1982, apresenta duas versões para a noção de cadeia: uma caracterização derivacional, conforme a de CHOMSKY, em 1982 (p. 68)¹¹, e uma segunda versão em termos representacionais.

Sobre a cadeia em termos derivacionais, RIZZI³⁸ afirma:

Every phrase is provided with a memory which keeps track of every application of "move α " which the phrase undergoes. (p.1)³⁸

A cadeia em termos representacionais é assim definida por RIZZI³⁸:

Chains are read off from S-structures hence chain formation is a mechanism independent from "move α " and in principle chains don't necessarily reflect derivation properties. (p. 1)³⁸

Sendo a cadeia representacional uma seqüência de posições coindexadas e sendo cada posição antecedente da que se segue, poderíamos dizer que, em 9, abaixo, temos uma cadeia representacional.

9. Que livro₁ você comprou CV₁ sem ver CV₁?

Assim, a cadeia: Que livro₁, CV₁, CV₁, independente de considerarmos "mova α " como transformação de movimento, seria uma cadeia representacional. A cabeça desta cadeia seria a primeira CV adjacente ao verbo, a qual receberia o papel temático do verbo e o

transmitiria às demais posições coindexadas da cadeia.

Esta noção de cadeia representacional pode aplicar-se às estruturas do português onde aparece um tópico e um objeto vazio, como no dado 2 e 3a, que repetiremos aqui.

2. Este carro_i eu não compraria CV_i.

3. a) Esta boneca_i não quero CV_i.

Se o papel temático, nos dados 2 e 3a, é designado à CV adjacente ao verbo e, se é formada uma cadeia entre o objeto vazio e o tópico, então o papel temático seria transmitido ao tópico, sem violação alguma.

Enfrentamos, porém, o problema da direção das cadeias e, nos dados acima, a cabeça da cadeia seria uma CV. Este é um problema que deixamos em aberto aqui. Importa-nos que o critério θ opera também em cadeias, mesmo não sendo estas consequência de movimento.

Nesta perspectiva, precisamos admitir que não é mais necessário o mapeamento da estrutura.P para a estrutura.S, o que nos leva a assumir um modelo representacional.

Segundo RIZZI³⁸, a caracterização de cadeias em termos representacionais tem consequências empíricas desejáveis.

Em síntese, mesmo num modelo representacional, a correspondência entre estruturas sintáticas e semânticas poderia ser especificada pelo princípio de projeção, o qual, permitindo associar o papel temático com o argumento do verbo, facilitaria a identificação do papel temático de um complemento, numa dada estrutura.

Para relacionar a estrutura sintática com o sentido, tanto o critério θ como o princípio de projeção precisam incorporar a relevância do papel do léxico.

1.5.3. Teoria do Caso

A teoria do caso consiste em um mecanismo de designação de casos a sintagmas nominais. É uma condição de boa formação que se aplica à estrutura-S e está ligada à função gramatical que cada SN desempenha na estrutura sintática.

Na T.R.V., o módulo do caso aplica-se a qualquer língua, já que o caso, aqui nesta subteoria, é um caso abstrato.

A noção de caso é baseada no conceito tradicional de caso manifestado morfológicamente na FF, em línguas como alemão e russo, por exemplo.

Sabemos que a realização morfológica da marca de caso não ocorre em todas as línguas. Trata-se de uma variação paramétrica das línguas particulares: na GU toda língua tem caso.*

Na T.R.V., todo SN com conteúdo fonético deve ter caso. Para nosso objetivo, neste trabalho, interessa a atribuição de caso acusativo do verbo ao objeto, quando há uma relação estrutural de regência, de um núcleo verbal para um SN complemento. (p. 50)¹⁰

Quanto à atribuição de caso nominativo ao sujeito, este assunto tem sido muito discutido na teoria. Sabemos que o verbo não rege o sujeito, mas que este, quando vazio, pode ser recuperado.**

*Em português há um resquício da marcação morfológica de caso nos pronomes. Trata-se dos pronomes do caso reto e do caso oblíquo, para sujeito e objeto, respectivamente, conforme a nomenclatura da gramática tradicional. Isto não se sustenta, dado que muitos pronomes do caso reto ocupam a posição de objeto como em: *Meus amigos disseram que os velhos defendem eles.* (p. 121)²⁹

**Para detalhes, ver Capítulo IV, de RIZZI³⁷, onde é postulado que o Conc. de natureza pronominal, permite a recuperabilidade do sujeito.

Quanto à nomenclatura, usada para diferenciar um caso do outro, não temos na T.R.V., uma listagem extensa. O que importa para a teoria é que todo SN foneticamente realizado tenha um caso.

Para este trabalho é relevante a noção de adjacência de caso, isto é, o designador de caso e o SN regido devem estar contíguos. A condição de adjacência na designação de caso é explicitada por STOWELL, na tese de 1981⁴³, como veremos em 3.2.5, adiante.

Em português, apesar da ordem das palavras, menos rígida que o inglês, a adjacência de caso, do verbo ao objeto, se mantém. Pela análise dos dados 1 e 2, conforme proporemos no capítulo 3, se o SN objeto não estiver lexicalizado, à direita do verbo, deverá existir, na estrutura -S, uma CV que recebe o caso do verbo, nesta posição. Esta será a hipótese de partida para a argumentação no capítulo 3.

Quando o verbo tiver dois argumentos "internos", como nos dados 10a e 10b abaixo, o SN com caso acusativo pode ou não estar adjacente ao verbo, mas, se não estiver, haverá uma CV na sua posição original. Assim, as estruturas 10 são aceitáveis e gramaticais em português.

10.a) Eu dei uma boneca para minha filha.

10.b) Eu dei CV₁ para minha filha uma boneca₁.

Se o verbo rege a CV, em 10b, o caso acusativo é primeiro designado à CV e depois transmitido ao SN acusativo lexicalizado.

O mesmo ocorre com os clíticos como vemos em 11, abaixo:

11. Eu o₁ vi CV₁.

afirmou JAEGLI, na obra de 1982, é um dos meios de expressar a relação entre um verbo e seu objeto. (p. 21)²⁴

A regência se dá sempre da cabeça de um constituinte para o núcleo de outro constituinte. Assim, quando um termo rege um complemento, afeta o núcleo desse complemento.

Esta noção núcleo-complemento é a mesma da Teoria \bar{X} (1.5.1) e tem relevância na atribuição de caso e papel temático, havendo, assim, o entrosamento necessário entre os diversos módulos da gramática. (ver p. 310)⁴⁷

É tarefa da teoria da regência: determinar quais os elementos que podem reger e em que condições; determinar que elementos podem ser regidos e em que condições; e determinar a condição estrutural para se dar a regência.

Quanto aos termos que podem reger, esta teoria determina que só núcleos X podem reger complementos de X. Portanto, só complementos podem ser regidos.

A condição estrutural para se dar regência tem sido a exigência de uma relação de c-comando ou comando entre os constituintes, conforme deduzimos das muitas definições de regência encontradas na literatura.

Na T.R.V., a noção de regência proposta por CHOMSKY¹⁰⁻¹¹ aponta três exigências básicas para que haja a relação estrutural:

- a) uma categoria rege outra se a primeira for X^0 , isto é, um núcleo no sentido da teoria \bar{X} ;
- b) deve haver c-comando da primeira para a segunda; e
- c) a segunda categoria, ou seja, a categoria regida, não pode estar protegida por uma projeção máxima.

A segunda categoria está protegida por uma projeção máxima se

ela está contida nesta categoria e não na primeira.

Uma projeção máxima é uma categoria \bar{X} , que funciona como categoria de bloqueio para regência.

Nas palavras de CHOMSKY:

α governs β iff $\alpha = X^0$ (in the sense of X-bar theory) α c-commands β and β is not protected by a maximal projection. (p.19)¹¹

A segunda parte da afirmação acima, da qual decorre a noção de categoria de bloqueio ou de barreira para regência, é a que tem sido mais explorada nos trabalhos recentes em gramática gerativa.*

Quanto à primeira parte da afirmação acima, ou seja, a noção de c-comando, desta também encontramos diferentes definições na literatura. SELLS (p. 39)⁴² discute duas delas: a primeira baseada na proposta de REINHART³⁶, (para detalhes ver p. 218¹⁵) e a segunda revisada e simplificada a partir da obra de CHOMSKY, de 1981, ambas explicitadas abaixo:

a) α c-comanda β sse todo nō ramificante dominando α , domina β . (p. 146)³⁶

b) α c-comanda β sse toda projeção máxima dominando α domina β . (p. 166)¹⁰

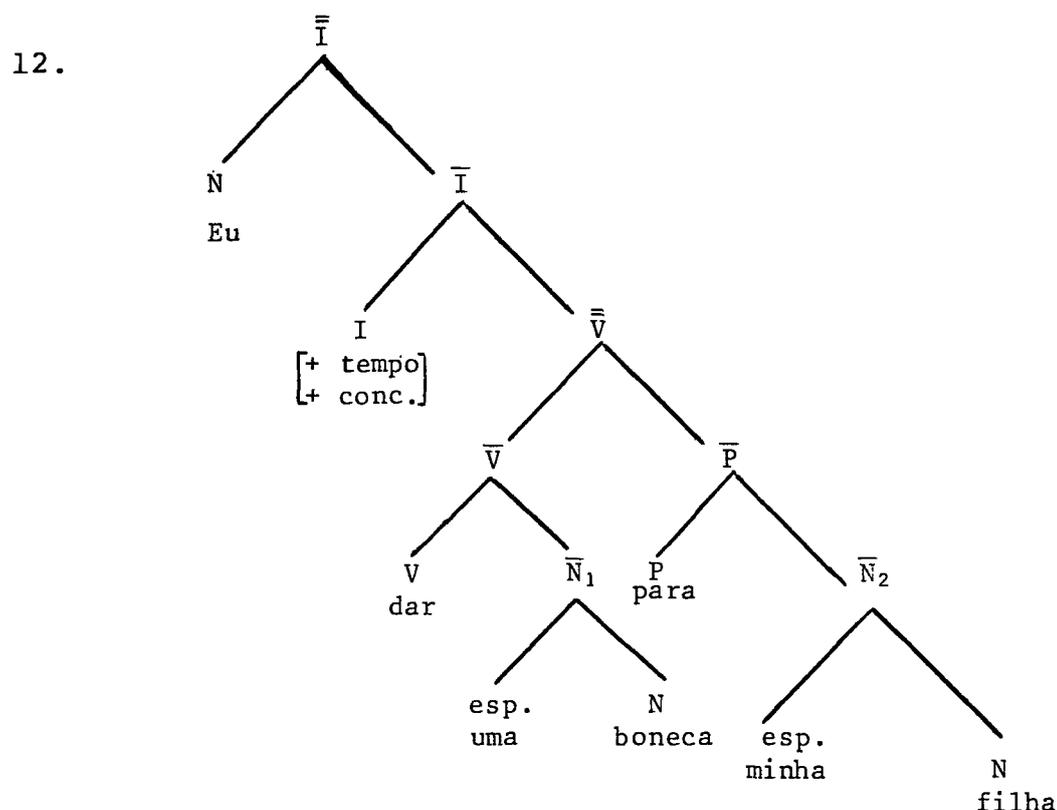
A versão preliminar de c-comando, proposta por REINHART, exclui a noção de níveis hierárquicos e com isto a informação de que uma projeção máxima é bloqueio para regência fica diluída.

*McCLOSKEY assim define barreira: "A barrier, in turn, for a node α is a category which is a blocking category for α , or which is a maximal projection which immediately dominates a blocking category for α ". (p. 18)³¹.

A segunda definição de c-comando, revisada e simplificada, encaixa-se na noção de regência assumida para este trabalho.*

Vejamos pelo marcador frasal de estrutura de superfície, 12, abaixo, quais as categorias regentes e quais as regidas no dado 10a, discutido anteriormente.

10. a) Eu dei uma boneca para minha filha.



Em 12, acima, o verbo "dar" rege o objeto direto, rege o complemento "uma boneca", mas não rege "minha filha". O que rege

*A noção de c-comando para KAYNE²⁵ pode ser substituída pela noção de caminho não ambíguo, que representa uma caminhada pelos galhos da árvore, sem que se precise optar nenhuma vez. Para KAYNE a noção de regência envolve a noção de caminho não ambíguo, como condição estrutural, ao invés da noção de c-comando.

Referindo-se às vantagens da teoria dos caminhos não ambíguos proposta por KAYNE em 1981, assim se expressa RIZZI em 1982: "If we define local binder not in terms of c-command, but in terms of path, (the local binder of α is the binder of α to which α can be connected through the shorter path)". (p. 31)³⁸

zias são tratadas aqui, do mesmo modo que outros SNs, com conteúdo fonético.

As possibilidades de vinculação de um elemento com outro, tratadas neste módulo, amparam-se na noção de regência, domínio mínimo de regência, localidade e indexação.

Assumimos que a indexação é livre na estrutura-S, mas sua legitimidade decorre das condições impostas pelos princípios de vinculação.

Pela T.R.V. há possibilidade de ligação de um elemento com outro se houver indexação e c-comando. Isto, porém, não é suficiente. É preciso operar-se com a noção de regência e de localidade.

O domínio local, exigido para certos processos de vinculação, é uma noção que já está embutida na definição de categoria de regência.

RIZZI³⁸, em 1982, afirma que é suficiente adotar-se uma noção simplificada de categoria de regência.

a is the governing category for β iff a is the minimal NP or S which contains β and a governor for β . (p. 47 nota 13)³⁸

A noção de categoria de regência é relevante para decidir se um dado elemento na língua, ao vincular-se com um antecedente, segue o princípio A, B ou C da Teoria.

Na T.R.V., assim são explicitados os três princípios de vinculação. (p. 188)¹⁰ e (p. 20)¹¹

- A. Uma anáfora precisa estar ligada na sua categoria de regência.
- B. Um pronome precisa estar livre na sua categoria de regência.

c. *Uma expressão referencial precisa estar livre.*

Estar ligado ou estar livre significa estar coindexado ou não, no domínio mínimo de regência, na mesma S. A possibilidade de ligação existe quando nenhuma categoria de bloqueio, nenhum \bar{X} , interceptar a vinculação.

São, portanto, propriedades configuracionais da estrutura -S que determinam a possibilidade, ou não, de vinculação de um elemento com um antecedente.

A vinculação ocorre quando há correferência ou dependência referencial entre os constituintes. É a partir desta noção de correferência que podemos definir a natureza ou o status de uma CV. É, portanto, partindo desta noção de referência que podemos decidir se um elemento é anafórico ou não.

Pela T.R.V., teremos uma anáfora quando um elemento não tem referência inerente ou referência independente. Assim, uma expressão como "um ao outro" e um reflexivo são considerados anáforas lexicais: precisam estar ligados a outro elemento, no mesmo domínio de regência, para que não se tenha agramaticalidade.

Em 13 e 14, abaixo, temos uma relação anafórica:

13. Eles_i gostam um do outro_i.

14. Eles_i se_i amam.

Nos dados acima, "um ao outro" e "se" são anáforas lexicais: têm um antecedente no mesmo domínio; são enquadrados no princípio A da teoria da vinculação.

Os pronomes, diferentes das anáforas, estão livres da exigência de ter um antecedente no mesmo domínio. Por isso, os pronomes podem ser indexados fora da categoria de regência, fora de

S, sem distância limitada.

Repetiremos os dados 4a e 4b, discutidos anteriormente em 1.2.

4.a.) Aninha sabe que a Raquel_i se_i molhou.

4.b.) Aninha sabe que a Raquel_i te_j molhou.

Em 4a, temos uma vinculação no mesmo domínio. O "se" é uma anáfora lexical, segue o princípio A da teoria da vinculação, e sustenta, com o antecedente, a mesma relação verificada nos dados 13 e 14, acima.

Já em 4b, o elemento "te" é um pronome, enquadrando-se no princípio B da teoria da vinculação. Se houvesse correferência do "te" com "Raquel", a sentença seria rejeitada e o princípio B violado. Em 4b, o pronome "te" está vinculado fora do seu domínio, fora da S que o contém. Obedecendo ao princípio B, está livre na sua categoria de regência e, portanto, sua referência é distinta dos demais elementos de S.

Convém lembrar que os princípios A e B de vinculação propostos por CHOMSKY, em 1981, continuam a ser admitidos, o que se deduz de afirmações encontradas em sua obra de 1986, como a que segue:

A pronoun cannot take an element of its domain as its antecedent. (p. 60)¹²

Na obra de 1981, CHOMSKY (p. 188)¹⁰ considera também o princípio C para tratar das variáveis. Estes elementos chamados expressões referenciais são analisados, na T.R.V., como argumentos com referência, caso e papel temático independentes.

A relação da variável com o antecedente difere da relação anafórica postulada no princípio A. As anáforas são vinculadas

a um antecedente local em posição argumental, enquanto o antecedente da variável, além de não local, está em posição não argumental.

A teoria da vinculação proposta por CHOMSKY é uma teoria da vinculação A, isto é, a ligação de um elemento se faz com um antecedente em posição argumental (A) que é uma posição que tem uma função gramatical, como sujeito e objeto. Uma posição não argumental (\bar{A}) é uma posição que não tem função gramatical como os operadores, o elemento "qu" em português (wh em inglês) ou a posição de tópico.

A natureza A ou \bar{A} do vinculador é importante porque influi na natureza do elemento vinculado. Assim, no dado 5a, já discutido em 1.3, temos uma CV vinculada a uma posição \bar{A} .

5. a) Que carro_i João comprou CV_i?

A CV, no dado acima, é considerada uma variável na T.R.V., proposta por CHOMSKY, e segue o princípio C da teoria da vinculação. "Que carro" é o antecedente da variável e é uma posição \bar{A} .

É, portanto, o tipo de relação sintática que as categorias, plenas ou vazias, têm com o antecedente, na estrutura-S, que precisamos levar em consideração para estabelecer a natureza desta categoria. Este procedimento não leva em consideração o conteúdo intrínseco da categoria, mas sim, o contexto sintático em que a categoria se insere.

Convém lembrar que os princípios de vinculação, propostos por CHOMSKY, têm sido objeto de ampla discussão. No capítulo 3 trataremos de pelo menos duas formulações alternativas dos prin-

cípios A, B e C. (c.f. 3.2.1 e 3.2.2 adiante)

Neste item 1.5, nosso objetivo foi dar uma visão geral do conteúdo de cada módulo, os quais serão arrolados na argumentação da análise dos dados do português, no capítulo 3.

Quanto à teoria do controle e da subjacência não trataremos neste trabalho. (ver p. 413 e 472)³⁰

A subjacência é relevante para um modelo derivacional que assume movimento.

Como o objetivo desta dissertação é operar apenas na estrutura S , tomando "mova α " como uma relação e não como um movimento, trataremos os fatos sintáticos sem usar na argumentação a noção de subjacência, a noção de ilha, de cruzamento forte e de cruzamento fraco. (para detalhes ver p. 389³⁰)

No próximo capítulo, trataremos das categorias vazias na T.R.V., sua importância para a teoria e seu tratamento diferenciado, o que implica a modificação de critérios para sua identificação e a simplificação da tipologia.

2. AS CATEGORIAS VAZIAS NA TEORIA DA REGÊNCIA E VINCULAÇÃO

2.1. Importância do assunto.

O estudo das categorias vazias tem sido apontado como relevante na T.R.V. por CHOMSKY e tem interessado outros pesquisadores da teoria da gramática gerativa.

Na obra de 1981, CHOMSKY afirma:

The question of the nature of empty categories is a particularly interesting one for a number of reasons. In the first place, the study of such elements, along with the related investigation of anaphors and pronouns, has proven to be an excellent probe for determining properties of syntactic and semantic representations...
(p. 55)¹⁰

Em 1982, CHOMSKY lembra ainda que o aprofundamento deste estudo é um meio de testar a teoria.

I think in quite an interesting way, how the study of ECs proves to be useful probe into structures and an important test for the theory. (p. 75)¹¹

Na mesma direção de CHOMSKY¹¹, BOUCHARD³, em 1984, tendo estudado o conteúdo das categorias vazias, numa obra que discutiremos no capítulo 3 (ver 3.2.1 adiante), também ressalta a importância do estudo das CVs.

The study of empty categories is particularly fascinating. The properties of empty categories can hardly be determined by observation of overt data: therefore, it is reasonable to assume that they reflect deeper principles of G U, so that empty categories are "windows" into the nature of the human language faculty. (p. 11)³

Deduzimos das afirmações acima que, evidenciadas as dependências sintáticas das CVs nas estruturas onde aparecem, pode-se levantar hipóteses sobre o funcionamento da mente humana, em relação à faculdade humana da linguagem. Neste sentido o estudo das CVs reflete princípios da G U e está em coerência com os pressupostos da teoria.

2.2. Histórico das Categorias Vazias

Tendo justificado, anteriormente, o porquê do interesse neste estudo, apresentaremos, a seguir, algumas diferenças no tratamento que os pronomes e anáforas, sem matriz fonética, receberam na teoria.

Não é nosso objetivo detalhar o histórico das CVs desde a Teoria Padrão⁵, proposta por CHOMSKY, em 1965, até a T.R.V.

A evolução da noção de vestígio, na gramática gerativa transformacional, já teve seus passos separados pelo próprio CHOMSKY, na obra de 1981. Estes passos acompanham a evolução dos modelos, desde 1965, até os anos 80. (c.f. p. 86)¹¹

Nas primeiras versões da gramática gerativa transformacional, várias operações de transformação, como substituição, adjunção e apagamento, eram responsáveis pelo aparecimento de um vestígio.

Com a redução das transformações a uma única operação de movimento, "mova α ", esta passou a ser responsável pelo aparecimento da CV.

Este assunto é tratado por Lúcia LOBATO³⁰, na obra *Síntaxe Gerativa do Português* onde a autora demonstra o tratamento transformacional dado a um elemento sem conteúdo fonético (p. 210)³⁰ e seu abandono e substituição por uma teoria interpretativista (p. 303)³⁰. Tendo apresentado desde a motivação para a teoria dos vestígios (p. 351)³⁰, até suas características (p. 468)³⁰, LOBATO refere-se à identificação das CVs, na T.R.V. (p. 477)³⁰

Neste item lembraremos, brevemente, as modificações no tratamento dos pronomes e anáforas, em dependência do estágio do modelo assumido.

Na Teoria Padrão⁵, as anáforas e pronomes eram itens lexicais plenos na EP, onde entravam via transformação. Nesta perspectiva derivacional extremista, uma estrutura profunda como 4a', por exemplo, sofria uma transformação de reflexivização resultando uma estrutura superficial como 4a.

EP - 4.a') Aninha sabe que a Raquel molhou a Raquel.

ES - 4.a) Aninha sabe que a Raquel se molhou.

Nos anos 70, com o advento da hipótese lexicalista houve o abandono das transformações excessivas. Numa busca cada vez maior da restrição do número de transformações, considerou-se que os pronomes eram gerados diretamente na estrutura profunda, via léxico e as relações feitas pelo componente semântico da gramática. Nesta perspectiva, os pronomes e anáforas foram tratados pela teoria interpretativa de JACKENDOFF.²²

Neste modelo tínhamos uma estrutura profunda, como 4a, e o componente semântico da gramática fazia a relação do reflexivo com seu antecedente.

Quanto à CV, considerava-se que o deslocamento de uma categoria deixava um vestígio, permitindo assim que o componente semântico operasse diretamente sobre a estrutura de superfície. (p. 35)²⁸ *

A partir dos anos 80, depois de *On Binding*^{9**} as categorias vazias ou plenas, pronominais ou anafóricas, devem ser tratadas em termos de indexação com o antecedente possível obedecendo às condições de opacidade: condição de sujeito com tempo e condição de sujeito especificado. (p. 41-42)²⁸

Estando a regra sintática "mova α " presente no modelo de gramática e sendo esta entendida como uma operação de movimento, isto é, de deslocamento de uma categoria de um lugar para outro na estrutura, o aparecimento da CV ocorre como consequência de movimento: a categoria movida deixa em seu lugar uma CV, na mesma posição de onde foi deslocada.

Embora a regra "mova α " esteja ainda presente no modelo derivacional da T.R.V., o aparecimento da CV, neste estágio, pode ser justificado por razões independentes de movimento, como a subcategorização e o princípio de projeção.

Os princípios dos diversos módulos da gramática, na T.R.V., podem justificar não só a existência de uma CV numa configuração

*MIRIAM LEMLE argumenta que o conceito de vestígio provocou modificações no modelo de gramática (p. 48)²⁸. Sua obra permite também um acompanhamento histórico da evolução dos modelos, desde a Teoria Padrão até à Teoria Padrão Ampliada Revista.

**Dentro do modelo proposto por *On Binding*, temos o estudo das relações anafóricas, em português, de Charlotte GALVES¹⁵, em 1980.

estrutural como também podem evidenciar a natureza desta categoria, permitindo que sejam revelados o conteúdo e as propriedades dessa CV. É a favor desta hipótese que direcionaremos a argumentação, na análise proposta para os dados do português, no capítulo 3.

Se a CV pode ser explicada independentemente do movimento, então este assunto pode ser tratado numa perspectiva representacional.

2.3. O tratamento das categorias vazias nos anos 80.

Com a T.R.V. proposta com CHOMSKY, em 1981, passam a ser explicitados os princípios de vinculação que cada um dos tipos de expressão nominal pode ter com o antecedente. Estes princípios A, B e C (já expostos anteriormente em 1.5.5) verificam quais as categorias de natureza anafórica, quais as pronominais e quais as variáveis.

Na própria T.R.V., o tratamento dado por CHOMSKY às CVs tem também um histórico, não só quanto aos critérios para sua identificação, mas também quanto à tipologia.

No item anterior, fizemos uma breve história do assunto na seqüência dos modelos da Gramática Gerativa Chomskyana. Passaremos, a seguir, a tratar a CV apenas na T.R.V., ou seja, explicitaremos como o assunto evoluiu nas obras de CHOMSKY, de 1981 e de 1982.

Primeiro explicitaremos os dois critérios usados para identificação da CV e, a seguir, como consequência destes critérios, trataremos dos tipos de CV na T.R.V.

2.3.1. Os critérios de identificação da categoria vazia

Há dois critérios para a identificação de uma CV na T.R.V, ambos propostos por CHOMSKY: um categorial e outro funcional.

O primeiro categorial ou não contextual é usado por CHOMSKY até o capítulo V de sua obra de 1981, *Lectures on Government and Binding*¹⁰. A partir do capítulo VI, da mesma obra de 1981 e na obra de 1982, *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding*,¹¹ é usado o critério funcional ou contextual para identificação das CVs.

O critério não contextual ou categorial adota como estratégia para identificação da CV, somente seu conteúdo intrínseco, isto é, os traços inerentes à categoria. São, portanto, características do léxico que definem o que é uma anáfora ou um pronome, em cada língua particular.

Pelo critério contextual ou funcional os diferentes tipos de categoria vazia não precisam ser definidos por suas propriedades categoriais. Na verdade, a partir do capítulo VI, da obra de 1981 e em 1982, não há razão para tipologia de CVs. O critério funcional leva em consideração o contexto sintático, isto é, a configuração estrutural onde a CV ocorre. CHOMSKY admite que há um só tipo de categoria vazia e as diferenças, quanto à natureza de cada CV, decorrem do ambiente sintático em que aparece.

... then it is reasonable to presume that in fact there is one basic empty category a each occurrence of a has one of three clusters of properties. (p. 321)¹⁰

Então, pelo critério de identificação funcional das CVs é na configuração estrutural e, portanto na estrutura S, que defini-

mos o status ou a natureza de uma CV: se é anáfora, pronome ou variável.

Esta estratégia de identificação de uma categoria vazia pelo contexto sintático de ocorrência é uma razão para adotar-se um modelo representacional.

CHOMSKY, a partir do capítulo VI da obra de 1981 e em 1982, adota o critério funcional, embora continue preferindo um modelo derivacional.

No modelo derivacional, onde "mova α " é considerado um movimento, a categoria vazia é criada como resultado de transformação, enquanto num modelo representacional, levando-se em consideração apenas a estrutura S , a categoria vazia não é resultante de movimento. Nesta última perspectiva, a estrutura S é gerada diretamente, já com as categorias não realizadas e, aqui, outros princípios da gramática, como o princípio de projeção, não só admitem a existência da CV como também a caracterizam, determinam seu conteúdo e possibilitam sua recuperabilidade.

A regência, a concordância, os princípios de vinculação entrelaçam-se com a teoria do caso e dos papéis temáticos e estas, associadas aos esquemas de subcategorização, podem revelar a atividade sintática de uma CV, pelo critério funcional, sem necessidade do princípio da categoria vazia.

Sendo a diferença entre uma CV e um item lexical pleno apenas morfológica e não sintática, não há necessidade de acrescentar à gramática nenhum princípio para tratar especificamente da CV e nem mesmo para identificá-la.

2.3.2. Tipologia das categorias vazias

A mudança de critérios para identificação das CVs, conforme expusemos no item anterior, teve como consequência a alteração no modo de classificar a CV.

Pelo critério categorial, até o capítulo V da obra de CHOMSKY, de 1981, o conteúdo intrínseco de cada categoria era tomado como estratégia para identificação dos tipos de CV. Assim, para decidir se uma determinada CV obedecia ao princípio A, B ou C da teoria da vinculação, era preciso examinar se esta categoria tinha referência inerente ou não, se esta categoria tinha caso ou não e se esta categoria tinha traços de concordância como gênero, número e pessoa.

Neste estágio, os tipos de CV correspondiam simetricamente aos tipos de expressões nominais admitidos por CHOMSKY: para cada tipo de expressão nominal correspondia uma categoria sem matriz fonética.

CHOMSKY admite na T.R.V.¹⁰, que as categorias de expressões nominais podem ou não ser realizadas: as anáforas podem ser lexicais ou vestígios de SN ou PRO; os pronomes podem ser foneticamente realizados e os não realizados são considerados PRO e as expressões referenciais podem ser nomes ou variáveis. Estes três tipos de expressões nominais reduzem-se a duas CVs: PRO e vestígio. Os vestígios envolvem tanto os vestígios de SN, tratados pelo princípio A da teoria da vinculação, como os vestígios dos elementos "qu" ("wh" em inglês), tratados pelo princípio C da teoria da vinculação.

A tipologia de CVs em PRO, vestígio de SN e variável, sendo estes dois últimos variedades de vestígio, estende-se até o

capítulo V da obra de 1981.

A partir do capítulo VI da obra de 1981 e na obra de 1982, pelo critério de identificação funcional, a CV é de um só tipo e suas manifestações são determinadas conforme o papel que a CV desempenha na configuração sintática.

Neste critério as condições de ligação da CV com o antecedente, o fato da CV estar livremente indexada ou presa na mesma S, o papel gramatical do antecedente, se é uma posição com função gramatical ou não, são os meios de diagnóstico da natureza de uma CV.

Adotando o critério de identificação funcional, CHOMSKY admite a possibilidade da eliminação do princípio C da teoria da vinculação e conseqüentemente as CVs passam a ser tratadas em apenas dois grupos: anáforas e pronomes, pelos princípios A e B respectivamente. (p. 78)¹¹

Os princípios A e B combinados resultam quatro possibilidades de ocorrência de CV e não mais três como na proposta de 1981, até o capítulo V.

A "tipologia" proposta por CHOMSKY, envolvendo apenas os traços [± anafórico] e [± pronominal], está explícita na obra de 1982, do seguinte modo:

- a. [+ anáfora, - pronominal] : vestígios de SN
- b. [- anáfora, + pronominal] : pro
- c. [+ anáfora, + pronominal] : PRO
- d. [- anáfora, - pronominal] : vestígios de "qu"

(p. 78)¹¹

Esta tipologia, proposta por CHOMSKY em termos de traços, mostra que o primeiro passo para o estudo de uma CV é a determi-

nação de seu status anafórico ou pronominal, o que pode ser feito aplicando-se os princípios de vinculação, agora reduzidos a dois, à configuração sintática onde a CV aparece.

Sobre esta nova postura teórica assim se expressa CHOMSKY, em 1982:

The earlier version of the binding theory involved three kinds of category: R-expressions, pronominals, and anaphors. There was one binding principle for each kind of category. Under the revision eliminating Principle C from the binding theory, there are in principle four kinds of category... (p. 82-3)¹¹

A "tipologia", agora proposta por CHOMSKY, inclui o "pro", um elemento puramente pronominal com as mesmas propriedades de um pronome lexicalmente pleno. Esta categoria que não tinha status específico nas primeiras versões da T.R.V., aparece na posição de sujeito das línguas "pro-drop", como o português, que admitem sujeito vazio e na posição de objeto direto não realizado, como veremos em 3.2.5.

Na análise dos dados do português, no capítulo 3, adotaremos o critério de identificação funcional, num modelo representacional que opera apenas na estrutura-S.

Nesta perspectiva, a CV não aparece na estrutura como consequência de movimento.

Não pretendemos adicionar à gramática outros princípios além dos já existentes na T.R.V., proposta por CHOMSKY. Ao contrário, não utilizaremos na argumentação nem o princípio da categoria vazia e nem o módulo da subjacência.

Para verificar a natureza da CV objeto em português, teremos como quadro teórico de referência a T.R.V. e algumas propostas alternativas que figuram nos estudos recentes em gramática gerativa.

3. ANÁLISE DA CATEGORIA VAZIA OBJETO NO PORTUGUÊS DO BRASIL

3.1. *A presença da categoria vazia objeto*

Nos capítulos anteriores o objetivo foi apresentar os conceitos relevantes da T.R.V. e os critérios para o tratamento da CV nessa teoria.

Neste capítulo o objetivo é apresentar análises alternativas para a identificação da natureza da CV na posição de objeto direto e argumentar a favor da possibilidade de um tratamento uniforme desta categoria, num modelo representacional.

A existência de estruturas com objeto direto não realizado na FF, ou seja, estruturas com objeto vazio, já foi apontada por ROUVERET⁴¹ como uma propriedade não só do português, mas das línguas românicas em geral.

Está fora do escopo deste trabalho estender o estudo do objeto vazio até uma sintaxe comparativa das línguas. Apesar de serem arrolados alguns dados do italiano, inglês, alemão e russo, está fora dos limites do nosso objetivo postular um princípio universal para o fenômeno do objeto vazio, o que seria sem dúvida, interessante para a teoria.

O que pretendemos é fazer uma análise unitária da CV em posição de objeto, em português, em construções em que o argumento interno do verbo não está realizado na FF, mas está presente na estrutura sintática.

Os dados empíricos, abaixo relacionados, que levantamos para análise, envolvem construções produtivas na língua, além de outras já utilizadas como objeto de estudo não só em gramática gerativa, mas também em outras teorias lingüísticas*. Repetiremos alguns dados já discutidos no capítulo 1 e acrescentaremos outros.

- 1.a) A Joana viu CV na televisão ontem. (p.205)⁴⁰
- 1.b) Não, eu não conheço CV. (p. 136)⁴⁴
- 1.c) Vou pegar CV. (p. 113)¹⁶
- 1.d) Este remédio deixa CV mais calmo.

- 2.a) Este carro eu não compraria CV.
- 2.b) Estes agasalhos eu comprei CV no shopping.
- 2.c) Esta casa eu comprei CV nova.
- 2.d) A Belina o Hêlio levou CV prá oficina. (p. 87)³³

Como pressuposto para as análises posteriores, assumiremos que, nos dados 1 e 2, há uma CV, adjacente, à direita do verbo. Esta CV, projetada na sintaxe, está sintaticamente ativa na estrutura-S, como veremos no decorrer deste capítulo.

Considerando o princípio de projeção, estamos assumindo, conforme a T.R.V., que a estrutura sintática reflete a estrutura temática do verbo também na estrutura.S e, conforme a opção teórica anteriormente exposta, assumimos que esta CV não é resultado de um movimento: é a escolha de um modelo representacional e o abandono das transformações. Agora "mova α " será considerado apenas um mecanismo de relacionamento para vinculação na estrutura.S.

*TARALLO⁴⁴ apresenta tabelas estatísticas do uso do pronome lexical em diversas posições. Pela alta frequência de retenção pronominal na posição de objeto direto, em quatro períodos estudados pelo autor, verifica-se que o recurso à CV objeto, nas estruturas, é um fato sintático significativo em português.

Nesta perspectiva não derivacional assumiremos que, nas estruturas 2, não houve anteposição do objeto para a posição de tópico, deixando uma CV em sua posição original.

A existência de CV em posição de objeto foi mostrada por RIZZI³⁹, em 1986, para o italiano.

Para sustentar a hipótese de que o argumento de alguns verbos em italiano pode manifestar-se sem conteúdo fonético, RIZZI³⁹ mostra que o objeto projetado na sintaxe está ativo, podendo funcionar como controlador ou vinculador nos seguintes dados:

15. Questo conduce CV a PRO concludere quanto segue.(p.503)³⁹

Isto conduz CV a PRO concluir o que segue.

16. La buona musica riconcilia CV com se stessi.(p.504)³⁹

A boa musica reconcilia (você) consigo mesmo.

17. Un dottore serio visita CV nudi. (p. 505)³⁹

Um médico sério visita CV nus.

Em 15, a CV objeto funciona como controlador de PRO; em 16, a CV objeto é um antecedente necessário para uma anáfora, portanto, um vinculador; e, em 17, a concordância do adjetivo revela a presença de uma CV na posição de objeto.

Com os dados empíricos acima, RIZZI demonstra a existência de uma CV objeto em italiano e argumenta que, além de representada na estrutura, tal CV desempenha uma atividade sintática. Voltaremos à proposta de RIZZI quando discutirmos o status da CV objeto em português. (cf. 3.2.5 adiante)

Do mesmo modo que no italiano, a CV objeto também é sintaticamente ativa no português, como vemos nos dados a seguir:

18. Este trabalho leva CV a PRO concluir o que se segue.

1.d) Este remédio deixa CV mais calmo.

2.c) Esta casa eu comprei CV nova.

Em 18, uma estrutura semelhante ao dado 15 do italiano, temos uma CV objeto, adjacente ao verbo "levar" que vincula PRO, sendo, portanto, este objeto vazio, em posição argumental, sintaticamente ativo.

Em 1d, os traços de concordância do adjetivo "calmo" revelam que a CV objeto pode ter os traços recuperados, o que demonstra sua existência e atividade, mesmo estando sem conteúdo fonético.

Em 2c, a CV objeto também pode ter seus traços recuperados através das marcas de concordância do adjetivo.*

A presença sintática do objeto vazio em português é defendida, em outro trabalho, por FARREL¹³. Este autor, retomando argumentos também de RIZZI³⁹, aponta o papel desempenhado por esta CV nas relações sintáticas, considerando os seguintes dados empíricos:

19. João conseguiu enfurecer Maria_i sem que proibisse
CV_i de PRO_i fazer compras. (p. 19)¹³

20. O psicanalista começou a amar Paula_i depois de PRO_i
restituir CV_i a si mesma. (p. 19)¹³

Em 19, a CV objeto é antecedente e controlador de PRO e, em 20, o reflexivo "si mesma", sendo anafórico, precisa de um ante-

*Sobre a concordância do adjetivo com uma CV, na mesma posição que em 2c, fizemos um estudo das duas formas do adjetivo em russo. A análise revelou que nessa língua, com marcas morfológicas de caso, este traço da CV também é recuperado através de uma cadeia de concordância que se estabelece entre a CV e o adjetivo.¹⁸

cedente no mesmo domínio e o único antecedente possível é o objeto vazio.

Até aqui argumentamos a favor da presença de uma CV objeto projetada na sintaxe pelo verbo, na mesma direção de RIZZI³⁹ e FARREL¹³.

A seguir mostraremos que a possibilidade de lexicalização, isto é, de ocorrência de pronomes lexicalmente plenos no lugar da CV objeto, não implica agramaticalidade e sim reforça a tese da existência e da natureza da CV.

1.a) A Joana viu-me na televisão ontem.

A Joana viu você na televisão ontem.

A Joana nos viu na televisão ontem.*

A Joana viu-o na televisão ontem.

A Joana o viu na televisão ontem.

A Joana as viu na televisão ontem.

1.b) Não, eu não conheço você.

Não, eu não o conheço.

Não, eu não te conheço.

1.c) Vou pegar você.

Vou te pegar.

Vou pegá-lo.

1.d) Este remédio deixa você mais calmo.

Este remédio me deixa mais calma.

Este remédio me deixa mais calmo.

*Não trataremos da posição do clítico aqui. Como vimos, em 1.5.3, admitiremos que permanece a CV à direita do verbo, a qual transmite ao clítico o caso e o papel temático.

Este remédio a deixa mais calma.

Este remédio te deixa mais calmo.

2.a') Este carro eu não o compraria.

2.b') Estes agasalhos eu comprei -os no shopping.

2.c') Esta casa eu comprei ela nova.

Esta casa eu a comprei nova.

2.d') A Belina o Hélio levou ela pra oficina.

18'. Este trabalho leva-nos a concluir o que se segue.

19'. João conseguiu enfurecer Maria sem que a proibisse de fazer compras.

20'. O psicanalista começou a amar Paula depois de restituí-la a si mesma.

Embora não tendo como quadro teórico de referência a gramática gerativa, Eunice PONTES^{3,3} na obra de 1987, *O Tópico no Português do Brasil*, fornece-nos, além de considerações relevantes para este trabalho, inúmeros dados empíricos que reforçam nossa proposta.

Nosso estudo é mais restrito do que o de PONTES, uma vez que estamos nos preocupando com estruturas em que o tópico está indexado com a CV objeto. PONTES mostra que qualquer SN pode ser tópico, abrindo horizontes para outros estudos na lingüística,

inclusive em gramática gerativa.

Além de considerar o tópico em português um problema para a semântica e para o discurso, PONTES afirma:

Não vejo razão para não considerar o tópico como uma noção sintática também. Mesmo numa visão de sintaxe como limitada ao âmbito da sentença, o tópico pode ser considerado sintático... (p. 44)³³

PONTES afirma, ainda, que não pretende discutir "o problema de se as sentenças são derivadas ou básicas, se existem transformações ou não". Ela afirma, porém, que considera nos estudos a sentença "como ela aparece na superfície". (p. 44)³³

O que PONTES não pretende discutir é justamente o nosso objetivo de discussão neste capítulo. O que precisamos admitir é que não fizemos uma coleta rigorosa de dados e nem nos preocupamos com a diacronia da língua para reforçar nossos argumentos.

Lembramos o trabalho de PONTES para destacar dele dados empíricos que evidenciam para nós a presença do objeto vazio e também a ocorrência de pronome pleno, nesta posição, em construções com tópico.

PONTES levanta dados de diversos registros, os quais não separamos, porque a teoria que nos norteia neste trabalho, não está preocupada com o desempenho; visa apenas à competência, uma vez que o objetivo maior é chegar aos princípios universais de uma língua humana possível.

Os dados abaixo, de registros diferentes, apresentam a mesma configuração sintática dos dados 2a, 2b, 2c e 2d e 2a', 2b', 2c' e 2d':

21.a) O milagre viam CV nos olhos do cego.

- 21.a') O milagre viam-no nos olhos do cego. "VIEIRA"
(p. 53)³³
- 22.a) Na minha família esta palavra gato ninguém pronun-
cia CV.
- 22.a') Na minha família esta palavra gato ninguém a pro-
nuncia. "LOBATO" (p. 56)³³
- 23.a) A Rosa eu encontrei CV ontem.
- 23.a') A Rosa eu encontrei ela ontem. (p. 77)³³

Em resumo, os argumentos apresentados até agora em favor da existência de uma CV na posição de objeto foram de natureza teórica: a subcategorização e o princípio de projeção; de natureza empírica: a possibilidade de alternância da CV com um pronome lexical pleno; e de natureza sintática, tendo demonstrado que a CV objeto é sintaticamente ativa em português.

A seguir verificaremos a natureza, o conteúdo e a recuperabilidade da CV objeto em português.

3.2. A natureza da categoria vazia objeto.

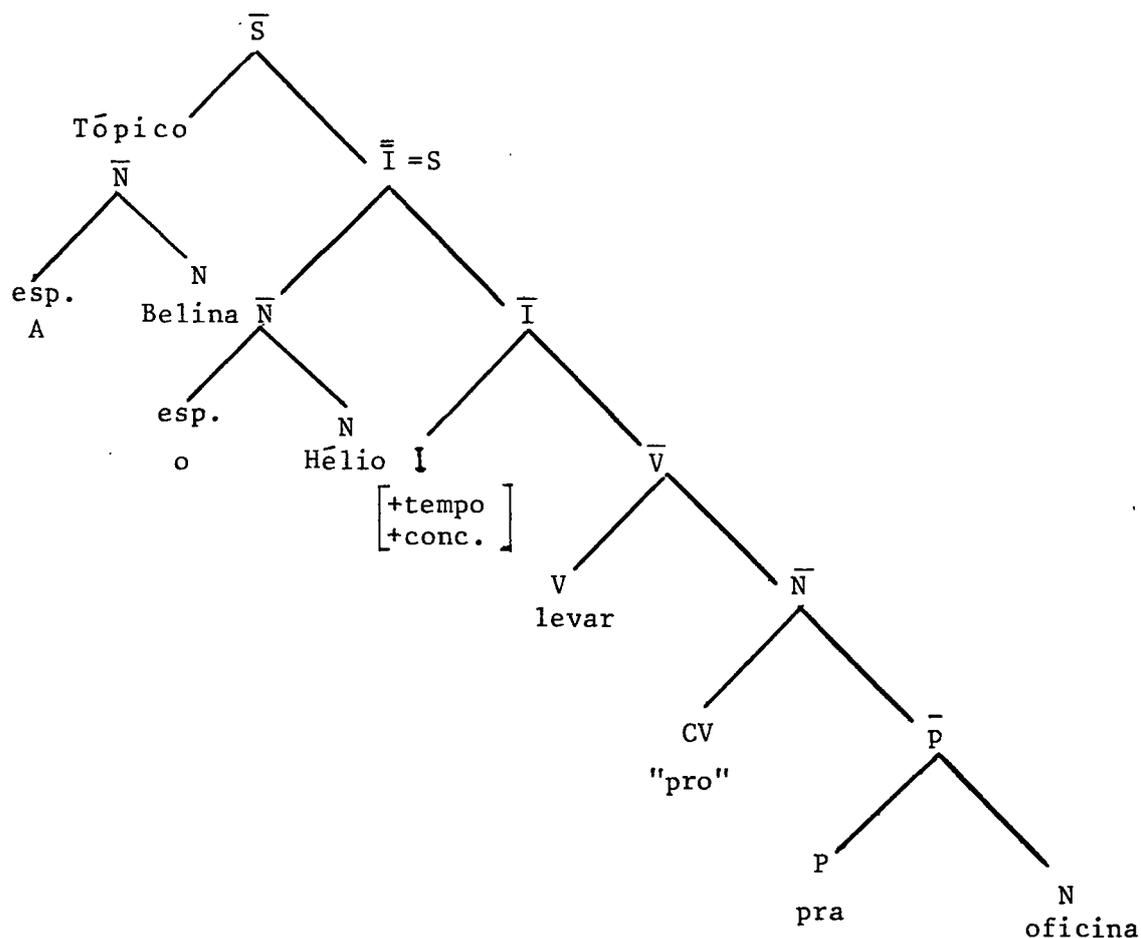
Para verificar o status ou a natureza da CV objeto, nos dados 1 e 2, tomaremos os princípios A, B e C da teoria da vinculação, expostos anteriormente em 1.5.5 e verificaremos se é possível uma análise unitária do fenômeno, seguindo apenas um desses princípios. Queremos responder se a CV objeto em português é uma anáfora, um pronome ou uma variável, isto é, se a CV objeto em português obedece ao princípio A, ao princípio B ou ao princípio C da teoria da vinculação, embora CHOMSKY já tenha admitido a eliminação deste último princípio, como vimos em 2.3.2.

Considerando que um elemento é anafórico quando está vinculado no seu domínio de regência e examinando os dados 1 e 2, verificamos que não há possibilidade de encontrar um antecedente para a CV, na mesma S. No mesmo domínio local não há vinculador possível para uma anáfora, nem em 1 e nem em 2. Nos dados 2a, b, c e d, a CV tem seu conteúdo intuitivamente identificado por um antecedente, mas este não está no mesmo domínio local da CV: está fora de S, havendo \bar{I} que é uma barreira que impede sua vinculação.

Na representação 24 abaixo, correspondente ao dado 2d, verificamos que o tópico está fora do domínio de S.

2.d) A Belina o Hélio levou CV pra oficina.

24.



O problema da CV ter um antecedente possível, embora não possa ser considerada uma anáfora, pelo princípio A da teoria da vinculação, permanece.

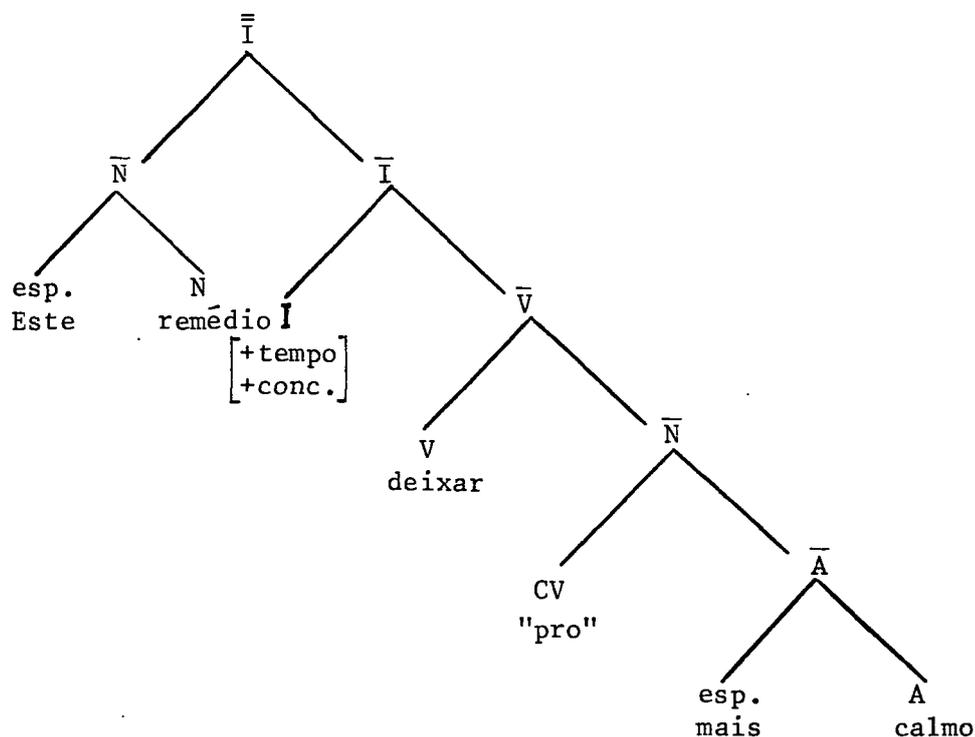
Se anáfora fosse apenas um elemento sem referência inerente, que precisa de uma, (não importando onde está o antecedente) a questão estaria resolvida; mas o princípio A diz que a anáfora deve estar presa no seu domínio local, na sua categoria de regência, o que não se dá na estrutura 24, correspondente ao dado 2d.

Portanto, pela T.R.V., proposta por CHOMSKY, a CV dos dados 2, 19, 20, 21a, 22a, e 23a, não pode ser considerada anafórica.

A CV dos dados 1, também não se enquadra no princípio A porque não temos, nestas estruturas, antecedente vinculador para a anáfora. Uma anáfora precisa estar ligada, precisa de um antecedente, o que não encontramos na representação 25 abaixo, correspondente ao dado 1d, por exemplo.

1.d) Este remédio deixa CV mais calmo.

25.



Para que a CV, nos dados 2, seja considerada anafórica é preciso: ou modificar o conceito de anáfora a partir da T.R.V., ou modificar a própria T.R.V.

Começemos pela primeira alternativa: modificar o conceito de anáfora. Para isto adotaremos a proposta teórica de BOUCHARD, a qual discutiremos em 3.2.1 abaixo.

3.2.1. A proposta de BOUCHARD

BOUCHARD, em 1984, num estudo sobre as categorias vazias, intitulado *On the Content of Empty Categories*³, desenvolve uma teoria que, embora diretamente ancorada na T.R.V., principalmente depois do capítulo V da obra de CHOMSKY de 1981, apresenta alguns conceitos novos.

Julgamos necessário apresentar primeiramente a posição assumida por BOUCHARD, em 1984, porque, além de esclarecer a primeira alternativa para nossa análise do objeto vazio, é um trabalho amplamente citado nos estudos recentes em gramática gerativa, mas pouco explicitado.

Depois de apresentarmos o conteúdo relevante da proposta de BOUCHARD³, discutiremos, a partir dela, os dados 1 e 2 para verificar se esta proposta nos fornece subsídios para uma análise unitária do fenômeno sintático que estamos estudando.

Convém esclarecer que BOUCHARD não trata especificamente do objeto vazio; apenas admite que pode haver uma CV nesta posição. Sua preocupação é mais ampla e vai desde a importância do estudo das categorias vazias até a análise de dados com diferentes ocorrências de CVs. Para ele a abordagem de todas as CVs possíveis constitui um meio de testar a teoria.

Quanto à existência de CVs, BOUCHARD afirma que estão envolvidas razões empíricas e teóricas e quanto à importância deste estudo, BOUCHARD, sendo coerente com os pressupostos teóricos da T.R.V., salienta que as propriedades das CVs refletem os princípios da GU e podem ser um meio de revelar aspectos da faculdade humana da linguagem, como vimos anteriormente em 2.1.

Para BOUCHARD as CVs devem ser tratadas do mesmo modo que as categorias realizadas, não havendo necessidade de acrescentar à gramática nenhum princípio para tratar especificamente das CVs. Por isso, argumenta a favor da eliminação do princípio da categoria vazia, existente na T.R.V.

O critério de identificação das CVs e conseqüentemente a tipologia das CVs, BOUCHARD retoma da proposta de CHOMSKY, na T.R.V., a partir do capítulo VI, da obra de 1981: admite um só tipo de CV, com diferentes manifestações funcionalmente determinadas. (p. 53)³

Logo, para determinação do status de uma CV, no modelo de BOUCHARD, é preciso considerarmos a natureza da relação que a CV tem com o antecedente e como esta relação é estabelecida na gramática. Deduz-se, então, que é preciso considerar-se o tipo de antecedente da CV: se é uma posição com função gramatical ou não. Sobre a natureza, A ou \bar{A} , do antecedente para a anáfora, BOUCHARD não se estende em sua obra.

BOUCHARD preocupa-se com a presença, tipo e conteúdo das CVs e com a possibilidade de se recuperar este conteúdo.

A presença da CV, para BOUCHARD, está garantida em certos contextos pelo princípio de projeção e pelo critério θ e o tipo é determinado pelo contexto sintático em que a CV aparece.

Como conteúdo de uma CV, BOUCHARD aponta os traços-F (que são as marcas de concordância: gênero, número, pessoa e caso) e o índice-R. (índice referencial, circunscrito ao mundo lingüístico).

São os traços-F e o índice-R que, segundo BOUCHARD, permitem a recuperabilidade e a lexicalização de uma CV. Esta recuperabilidade, que deve ser uniforme para todas as CVs, depende da concordância da CV com um elemento realizado, sustentando o mesmo índice-R. (p. 74)³

Muitos desses conceitos usados por BOUCHARD serão retomados adiante, mesmo em outra perspectiva teórica. Por isso, esclarecemos a seguir alguns deles como a lexicalização, a denotabilidade e a categoria de vinculação.

A lexicalização está ligada à recuperabilidade da CV. Assim, um pronome pode ser lexicalizado, isto é, manifestar-se com realização fonética na estrutura-S, quando seus traços de concordância, seus traços-F (pessoa, número, gênero e caso) puderem estar presentes. (p. 41)³

Toda CV recuperada que se lexicaliza, obedece ao que ele chama de princípio de lexicalização e sempre é possível existir uma CV quando esta puder ser lexicalizada.

Quanto à concordância de traços, estes são designados de uma categoria a outra desde que estas categorias tenham o mesmo índice-R. (p. 17)³

Então, pela proposta de BOUCHARD, fica evidenciada mais uma vez a existência de CV, nos dados 1 e 2, uma vez que, como nos mostram os dados 1a', b', c' e d'; 2a', b', c' e d'; 18', 19', 20', 21a', 22a' e 23a', apresentados em 3.1, a lexicalização da CV é viável e resulta sentenças perfeitamente aceitáveis e gramaticais. Além disso, a lexicalização da CV em forma de pronome pleno nos dados 2a', 2b',

2c' e 2d' evidencia que o Índice-R do tópicó é idêntico ao do objeto vazio. Este Índice-R está diretamente ligado à noção de denotabilidade. Para BOUCHARD, deve existir na teoria um princípio de Denotabilidade, o qual estabelece que: "um SN denotará um objeto num domínio D somente quando o SN tiver Índice-R". Para BOUCHARD, este domínio D contém os objetos mentais, os quais são representações dos objetos do mundo, dos objetos possíveis e imagináveis. (p. 14)³

O modelo que BOUCHARD assume, como o de CHOMSKY na T.R.V., é um modelo derivacional. Como estamos propondo a possibilidade de um modelo representacional, estamos propondo, como viável, que as operações de recuperabilidade e lexicalização da CV sejam feitas na estrutura_S.

No modelo que pretendemos assumir como possível, também podem ser considerados, do mesmo modo que BOUCHARD o faz, dois grupos de CVs: de um lado um grupo com propriedades anafóricas e de outro um grupo com propriedades pronominais, ambos obedecendo às mesmas condições exigidas para os itens lexicais plenos, anafóricos e pronominais.

Para BOUCHARD, todo elemento vazio que não é um pronome, é uma anáfora e este autor admite que estes elementos estão em distribuição complementar. A diferença entre anáforas e pronomes, para BOUCHARD, está no modo como cada um recebe o Índice.R: as anáforas o recebem por vinculação, enquanto os pronomes recebem Índice.R pelo princípio "Elsewhere" que admite designar um Índice.R a qualquer SN que ainda não tenha recebido um. (p. 18)³

Nem as anáforas lexicais nem as vazias têm Índice-R e traços-F inerentes. Já os pronomes são livremente indexados na estrutura_S e podem receber qualquer Índice.R. Também os traços.F

do pronome são tomados do mesmo nome que lhe forneceu livremente o índice_R.

BOUCHARD aponta três maneiras pelas quais uma CV pode adquirir um índice_R: por vinculação com o antecedente, por concordância e indexação, ou por designação arbitrária.

Para BOUCHARD a vinculação que depende da designação de índice_R, obedece, também, a três princípios, os quais são formulados do seguinte modo:

- A - α é uma anáfora se e somente se estiver vinculada
- B - α é um pronome se e somente se é livremente indexado na estrutura-S.
- C - α é uma variável se e somente se α é vinculado a uma posição \bar{A} e está em posição A. (p. 55)³

Além de explicitar de outro modo os princípios de vinculação, a partir da T.R.V., BOUCHARD substitui a noção de categoria de regência por categoria de vinculação à qual define do seguinte modo:

β is the Binding category for α iff β contains a binder for α . (p. 57)³

BOUCHARD assume que a vinculação é restrita a posições argumentais e que a vinculação a uma posição \bar{A} é relevante somente na FL.

Apesar das modificações teóricas, as quatro propriedades que BOUCHARD aponta para as anáforas, podem ser consideradas no modelo representacional que estamos propondo como possível: obrigatoriedade de tomar um índice_R de um antecedente, singularidade quanto ao número de antecedentes, condição estrutural na relação com o antecedente e localidade envolvendo a noção de categoria mínima de vinculação. (p. 34)³

Numa nota BOUCHARD especifica que a anáfora deve ser vinculada na sua categoria mínima de vinculação (p. 70, nota 13)³, mas atribui as mesmas propriedades das anáforas para a relação da categoria vazia com um elemento "wh" ("qu" em português) e explica no princípio C, anteriormente exposto, que um elemento vinculado a uma posição \bar{A} é uma variável.

O problema, em síntese, é o seguinte: BOUCHARD considera anafórica a relação de uma CV com um elemento "wh", mas propõe como propriedade obrigatória para a anáfora a vinculação local.

Dentro do seu modelo, porém, não se estabelecem contradições porque o critério estabelecido por ele, para definir a localidade, é intuitivo e pouco rigoroso:

*A fourth property of this core relation is that the wh-phrase cannot be too far from its trace in some sense. (p. 85)³
We would like to retain the idea that the relation between wh-phrase and the gap is local in the sense that it involves a succession of local relations. (p. 110)³*

Tendo estabelecido um paralelismo entre as construções com elemento "wh" e CV e construções com anáforas, BOUCHARD opta por tratar as primeiras do mesmo modo que as últimas.

A posição \bar{A} do elemento "wh" que serve como antecedente para a anáfora, conforme considera BOUCHARD, não constitui problema na sua proposta, uma vez que a CV transmite caso e papel temático ao antecedente. Seu modelo é derivacional e comporta movimento.

Permaneceria problemática a questão da localidade se considerássemos \bar{I} como barreira para vinculação, porém para BOUCHARD \bar{I} , ou S, não constitui barreira, conforme deduzimos da sua definição de regência, na qual são consideradas projeções máximas: NP, PP,

AP e \bar{S} . (p. 34)^{3*}

Apoiado nos resultados da análise a que chega a partir de dados empíricos com as construções "wh", BOUCHARD admite que o módulo da subjacência pode ser englobado pela teoria da vinculação, entendida como um mecanismo para atribuição de índices.

Portanto, mesmo num modelo que admite movimento, BOUCHARD propõe a eliminação da teoria da subjacência (p. 83)³ e substitui as fronteiras estabelecidas para a subjacência por fronteiras de vinculação. Estas são consideradas as projeções máximas acima citadas.

Tendo exposto os pontos relevantes da proposta de BOUCHARD para o tratamento das CVs, a qual conduz a uma simplificação da teoria, com a eliminação da subjacência e do princípio da categoria vazia, passaremos a verificar as conseqüências desta modificação do conceito de anáforas para os dados 1 e 2 do português.

Se BOUCHARD considera que nas construções com categoria vazia e elemento "wh" há uma relação anafórica e, se assumirmos que as construções do tipo 2 têm algumas propriedades semelhantes às construções "wh" e CV, então podemos considerar a CV, nos dados 2, uma anáfora.

Considerar a CV, nos dados 2, uma anáfora, pela proposta de BOUCHARD, é coerente, uma vez que o tópico poderia ser o antecedente, o vinculador e o indexador da CV anafórica. Isto porque \bar{I} não é considerado barreira para vinculação no modelo de BOUCHARD.

Para que a CV, em 2a, 2b, 2c e 2d, seja considerada anafórica é preciso admitir que o tópico é uma posição A e isto só seria viável num modelo que assumisse o deslocamento do objeto

*Trabalhos recentes em gramática gerativa têm considerado \bar{I} ou S como categoria de bloqueio.¹³⁻³⁵

para a posição de tópico.

Porém, se o objeto estiver lexicalizado em construções com tópico, como em 2a', 2b', 2c' e 2d', teríamos um item verbal subcategorizando duas posições, com a mesma função gramatical e com o mesmo papel temático, o que violaria o critério θ .

Como o elemento vazio na relação "wh-t" em inglês, não se lexicaliza, o problema não existe para BOUCHARD.

Ao tratar a relação "wh-t" como anáfora, seguindo o princípio A modificado, BOUCHARD chega, por outro caminho, ao mesmo ponto que chegou AOUN¹, com a proposta de outra teoria, como veremos em 3.2.2.

Se assumirmos que a CV, em 2a, 2b, 2c e 2d, é anafórica e, se considerarmos o tópico uma posição \bar{A} , então estamos admitindo a existência de anáforas vinculadas a uma posição não argumental, o que a T.R.V. não admite.

Se BOUCHARD considerasse o antecedente "wh" da relação "wh-t" uma posição não argumental, então admitiria que a CV nesta relação é uma variável, já que mantém o princípio C como expusemos anteriormente.

Se considerarmos que o tópico, dos dados 2, é uma posição \bar{A} , então deveríamos considerar, pelos princípios de vinculação de BOUCHARD, que a CV nestes dados é uma variável, como na T.R.V.

Quanto aos dados 1, a CV objeto seria considerada "pro" pela teoria de BOUCHARD, seguindo o princípio B.

Como BOUCHARD estabelece que a diferença entre uma CV e um item lexical pleno correspondente é apenas uma diferença morfológica e não sintática, então pela possibilidade de lexicalização da CV em pronome pleno, como observamos nos dados 1a', 1b', 1c' e 1d', a CV de 1a, 1b, 1c e 1d é "pro".

Poderíamos estabelecer ainda que a CV nas construções la, lb, lc e ld, é "pro" arbitrário, em coerência ao que o próprio BOUCHARD estabelece para o PRO, no capítulo V de sua obra de 1984. (p. 195)³

PRO arbitrário, para BOUCHARD, é aquele cuja referência só pode ser resolvida por fatores pragmáticos. Quanto aos traços do PRO arbitrário, BOUCHARD assume que eles não são marcados na língua. (p. 201)³

O "pro" objeto, como já dissemos, não é tratado por BOUCHARD e nem rotulado como arbitrário. O que fizemos foi estender para o "pro" em posição de objeto uma análise paralela à que BOUCHARD admite para o PRO e para outras CVs.

Desse modo, pela teoria de BOUCHARD não é viável uma análise unitária do fenômeno do objeto vazio em português para os dados 1 e 2. Pela proposta de BOUCHARD a CV em 1 seria "pro", enquanto a CV em 2 seria anáfora.

Para que a CV, em 1, fosse considerada anáfora, pela proposta de BOUCHARD, seria preciso incluirmos um operador vazio para a CV em 1.

BOUCHARD não inclui operadores vazios em suas análises e, mesmo que admitisse, o problema da recuperabilidade dos traços.F e do índice.R para a lexicalização da CV permaneceria. Voltaremos ao assunto do operador vazio adiante, em 3.2.3.

Examinamos, até aqui, a alternativa de modificar o conceito de anáfora, conforme a proposta de BOUCHARD.

A seguir examinaremos a segunda alternativa, ou seja, a modificação da teoria, para verificar se desse modo obtém-se uma análise uniforme para os dados 1 e 2.

3.2.2. A proposta de AOUN.

Para considerarmos os dados com objeto vazio sob uma teoria da vinculação modificada, discutiremos o que Joseph AOUN propôs na sua obra *A Grammar of Anaphora*³, em 1985.

O trabalho de AOUN vem sendo citado, em notas, em muitos estudos recentes, inclusive pelo próprio CHOMSKY, que além de outras observações assim se expressa:

Joseph Aoun has proposed an interesting extension of binding theory to \bar{A} binding as well... (p. 207, nota 29)¹²

Na T.R.V., proposta por CHOMSKY, o módulo da vinculação restringe-se à ligação de um elemento a uma posição argumental, isto é, a uma posição com função gramatical, as chamadas posições A. É, portanto, uma teoria de vinculação A. ("A - Binding"). Assim, as anáforas a que se refere CHOMSKY são anáforas-A, ou seja, elementos referencialmente dependentes de um antecedente em posição argumental.

AOUN admite a existência de anáforas-A e propõe outro sistema: um sistema de anáforas- \bar{A} , onde as anáforas teriam antecedente em posição não argumental. É para comportar tal modificação teórica que AOUN propõe a generalização da teoria, a partir da T.R.V.

A justificativa dada por AOUN para esta modificação é a de resolver inadequações empíricas e conceptuais da T.R.V.

O problema empírico apontado por AOUN é o tratamento da vinculação entre um elemento vazio e um elemento "wh", tratado na T.R.V. como variável.

O problema conceptual, da T.R.V., que AOUN pretende resolver é a eliminação de redundâncias entre o princípio da categoria vazia e a teoria da vinculação: em ambos a CV precisa de um antecedente.

Além da eliminação de problemas empíricos e conceptuais, a vantagem da generalização da teoria seria a possibilidade de incluir outro sistema anafórico na gramática, dando conta de outras relações entre um elemento da sentença e um antecedente em posição \bar{A} .

A teoria da vinculação, que na T.R.V. é uma teoria de vinculação A, passaria a uma Teoria da Vinculação X ("X-Binding"), onde $X=A$ ou \bar{A} . Esta teoria da vinculação generalizada explica as relações anafóricas A e \bar{A} .

AOUN pretende mostrar ainda que os dois sistemas anafóricos, A e \bar{A} , são simétricos no sentido de que as anáforas A, lexicalmente plenas ou as vazias, sem conteúdo fonético, teriam as mesmas características das anáforas \bar{A} , plenas ou vazias.

Tal simetria, enfatizada por AOUN, na sua proposta para uma gramática de anáforas, é apenas a semelhança em termos de traços, com correspondência paralela, entre anáforas A e anáforas \bar{A} , como mostra o quadro abaixo:

A. Sistema de Anáforas A

- a. [+ papel temático ; + realizada] : reflexivos e recíprocos
- b. [- papel temático ; + realizada] : construções mediais
- c. [- papel temático ; - realizada] : vestígios de SN
- d. [+ papel temático ; - realizaça] : PRO (p. 10)¹

\bar{A} . Sistema de Anáforas \bar{A}

- a. [+ papel temático ; + realizada] : construções negativas e relação entre "um" e "outro" da expressão recíproca.
- b. [- papel temático ; + realizada] : construções existenciais.
- c. [- papel temático ; - realizada] : categoria vazia coincidada com clítico ou vestígio de clítico.
- d. [+ papel temático ; - realizada] : variáveis — vestígios "wh" ("qu").
(p. 169)¹

O sistema A já está admitido na T.R.V., como também a possibilidade de ocorrência de anáforas como elementos com conteúdo fonético, isto é, realizadas ("+ overt") ou como categorias vazias ("-overt").

Quanto à simetria, o que propõe CHOMSKY é que os elementos vazios podem ser estudados com base nas mesmas propriedades dos itens lexicais plenos, sem necessidade de adicionar à gramática princípios especiais, para o estudo das categorias vazias. CHOMSKY não aponta simetria em termos de traços.

O sistema \bar{A} não é admitido na T.R.V. Para que houvesse inclusão de um sistema anafórico \bar{A} na gramática, AOUN modifica os princípios A, B e C da teoria da vinculação e assume os princípios de vinculação generalizados, do seguinte modo:

- A. *uma anáfora deve ser X-ligada na sua categoria de regência.*
 B. *um pronome deve ser X-livre na sua categoria de regência.*
 C. *um nome deve ser A-livre.* (p. 28)¹

Assumindo estas alterações teóricas de AOUN, passaremos a aplicá-las aos dados do português, para testar a simetria dos

sistemas A e \bar{A} e verificar se há sustentação no confronto com dados dessa língua.

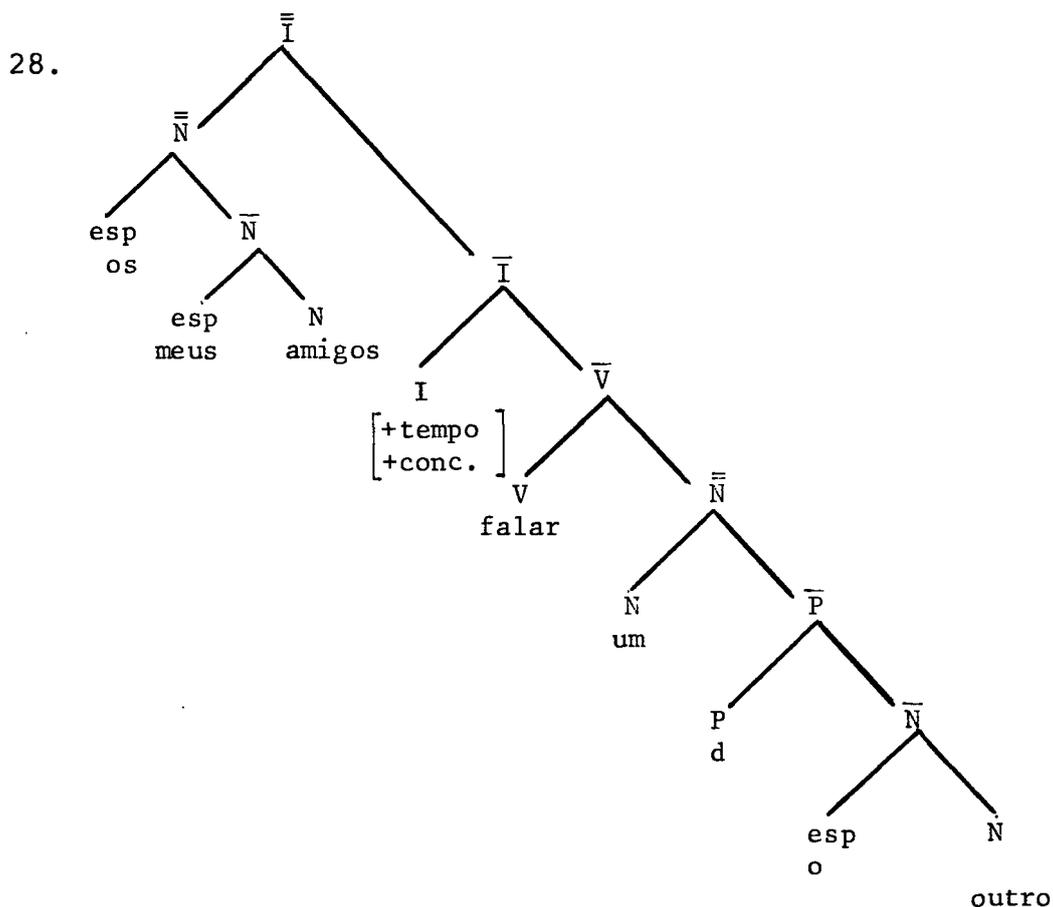
Em A, os traços apontados para uma anáfora A, [+ papel temático ; + realizada] são deduzidos a partir da expressão recíproca em italiano (dado 26 abaixo). Com estes mesmos traços, ocorre em português a expressão descontínua "um ... outro" como em 26b e 27.

26.a) I miei amici parlano l'uno dell'altro. (p. 7)¹

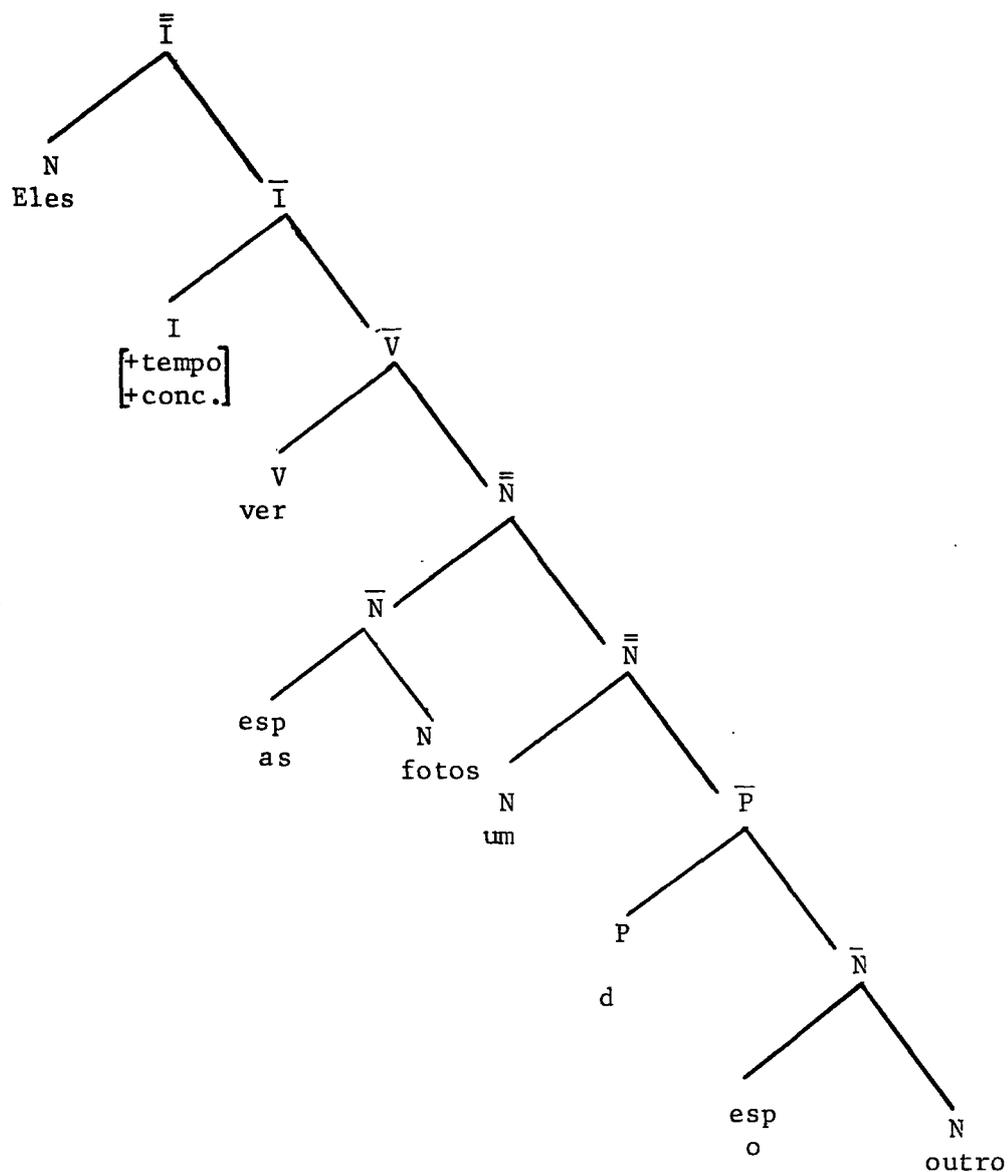
26.b) Os meus amigos falavam um do outro.

27. Eles viram as fotos um do outro.

AOUN não faz representação binária da estrutura S. Incluímos as representações 28 e 29 para mostrar que, tanto em 26b como em 27, a categoria de regência para a expressão recíproca é toda a S. A representação 28 corresponde a 26b e a representação 29 corresponde ao dado 27.



29.



Em 27, o sujeito acessível para antecedente da expressão anafórica é "Eles" e não "fotos", como vemos na representação 29.

Em 28, como em 29, notamos a inclusão da preposição entre os dois elementos da expressão recíproca. É esta preposição que rege o segundo elemento da expressão e não o verbo. O verbo não rege \bar{P} . O verbo rege \bar{N} em 29 e V rege \bar{N} em 28.

Convém lembrar que AOUN baseia este trabalho em BELLETTI²; mas não o assume por inteiro.

BELLETTI considera que a expressão complexa "l'uno... l'altro", é uma pequena oração ("small clause").

Para BELLETTI "small clause" é uma projeção de uma categoria lexical, em termos da teoria \bar{X} , a qual não contém qualquer especificação de flexão de tempo (p. 105)². Como as sentenças plenas, as "small clauses" têm sujeito, o qual, definido como o sintagma nominal mais proeminente, é ocupado por "um", o primeiro elemento da expressão recíproca.

"Um", embora sujeito da "small clause", é uma posição adjunta, uma posição \bar{A} . Voltaremos a este assunto quando tratarmos de anáfora \bar{A} , $\bar{A}a$, adiante.

"Um" é apenas um sujeito configuracional, sem papel temático, precisa estar numa posição \bar{A} para que o status anafórico da expressão "um ao outro" seja mantido. Quando "um" está em posição argumental, cessa a relação anafórica, como vemos nos dois dados abaixo: 30 e 31.

30. Um falou com outro.

31. Eu confundo um com outro.

Não temos relação anafórica em 30 e 31, portanto, ser anáfora não é uma propriedade intrínseca desta expressão.

Apesar de se apresentar, em português e italiano, como uma seqüência descontínua, que permite a introdução de outras categorias entre seus dois elementos, tal expressão forma um único constituinte. Em português e italiano os dois elementos não são necessariamente adjacentes, exigência obrigatória para a expressão correspondente em inglês "each other".

Mesmo com a introdução de outras categorias lexicais (P, N ou A) entre os dois elementos da expressão recíproca, seu status anafórico se mantém, desde que haja a coindexação com SN antecedente plural. Esta coindexação entre o elemento SN plural, sujeito de S, e a expressão "um ao outro" forma uma "cadeia" peculiar, com elementos lexicalmente realizados.

O problema de se considerar com o mesmo índice a cadeia "SN: plural_i, um_i outro_i", surge em confronto com o papel temático. O SN plural tem um papel temático e "outro" sustenta um papel diferente do seu antecedente. Se papel temático é designado a cadeias, numa proporção um a um, seria preciso assumir que nas relações anafóricas das estruturas 26b e 27 ou não temos cadeia, ou a noção de cadeia precisa ser modificada para aplicar-se às anáforas lexicais.

Se não houver, porém, a indexação da expressão recíproca com um antecedente plural, não se verifica relação anafórica. Isto ocorre quando a expressão inteira ocupa uma posição argumental de sujeito ou objeto, o que resultaria em agramaticalidade pela violação do princípio A.

32. *Um ao outro venceu.

33. *Eles querem que Pedro vença um ao outro.

Em 26b e 27 há relação anafórica com um antecedente plural. Em 32, porém, a expressão está livre e não tem antecedente. Em 33 há barreira impedindo a ligação da expressão recíproca com o antecedente, o que explica a agramaticalidade. A anáfora precisa ter indexação na mesma S.

Com os mesmos traços anafóricos da expressão complexa "um ... outro" temos em português os reflexivos. Estes são realizados na forma fonética e têm papel temático.

34. João_i machucou-se_i.

Em 34, temos uma ligação anafórica a uma posição argumental. O "se" é uma anáfora A, do tipo Aa, proposto por AOUN.

Quanto às construções ambíguas com "pronomes" de terceira pessoa, estas também sustentam as características Aa, quando consideradas anafóricas. É o que ocorre em 35 e 36 abaixo.

35. A menina_i adora sua_j professora.

36. João_i viu ele_j no espelho.

Em alguns dialetos faz-se a interpretação correferencial João_i, ele_i, enquanto em outros não. (ver análises alternativas (p. 225)¹⁷ e (p. 121)²⁹)

Quando há interpretação correferencial, temos em 35 e 36 uma relação anafórica com as mesmas características de Aa.

Estes traços [+ anáfora A ; + papel temático] e [+ realizado] são comuns em construções do português, como 37 abaixo, com o pronome de terceira pessoa "eles", interpretado como reflexivo-recíproco.

37. Os meninos_i trocavam figurinhas entre eles_i.

Para Ab, do quadro das anáforas A de AOUN, as características [+ anáfora A] ; [+ realizada] e [- papel temático] são apontadas para construções em voz medial, em francês: O "se" não tem papel temático independente e é realizado.

38.a) Ce livre_i se_i vend t_i bien. (p.11)¹

Em português temos a possibilidade da não realização do "se", o que já quebraria a simetria de AOUN, em termos de traços.

Podemos ter construções em voz medial, gramaticais, com "se" realizado ou como CV.

38.b) Este livro_i se_i vende bem.

38.c) Este livro_i CV_i vende bem.

Nestas construções 38a, 38b e 38c o verbo, na estrutura -S, apresenta-se com as características de um verbo em voz ativa e o sujeito não tem papel temático.

Desde que "se" esteja coindexado com este sujeito, consequentemente nenhum papel temático lhe é designado.

Em Ac, temos para anáforas A, os traços [- papel temático] [- realizada]. AOUN analisa, com tais características, os vestígios de SN em construções do tipo 39a, semelhante a 39b em português.

39.a) John_i was hit_it. (p. 10)¹

39.b) João_i foi machucado CV_i.

A categoria vazia, é [+ anafórica], está coindexada com "João" e não sustenta papel temático independente. Em 39a e 39b a CV não parece receber uma interpretação diferente da do antecedente, conforme afirma AOUN. (p. 10)¹

"João" tem função gramatical e, portanto, é uma posição considerada argumental, por isso temos, anáfora A.

Quanto ao PRO, AOUN assume a possibilidade de termos uma anáfora, como é assumido na T.R.V. Esta anáfora teria como características [+ papel temático] e [- realizada]. CHOMSKY¹¹ aponta como características do PRO a possibilidade de ser [+ anafórico]; [+ pronominal]. BOUCHARD mostra que estas duas al-

ternativas são possíveis, desde que não sejam concomitantes, no mesmo contexto sintático. Isto quer dizer que PRO pode ser [+ anafórico] ou [+ pronominal], mas nunca ambos ao mesmo tempo. Argumentando a favor da possibilidade da eliminação do controle para o PRO, BOUCHARD trata PRO sob as mesmas condições gerais com que trata de outras CVs. (p. 166) ³

Lembramos, aqui, a tese de BOUCHARD para confirmar os traços anafóricos, apontados por AOUN, para a anáfora A, Ad.

Assim, o PRO quando [+ anafórico] toma sua referência do antecedente que o vincula, e o PRO quando [+ pronominal] tem referência livre.

Quando PRO é [+ anafórico] sustenta as quatro propriedades básicas de uma anáfora: a obrigatoriedade de relação com um antecedente, a vinculação unitária com o antecedente, a localidade e as restrições estruturais específicas. (p. 34) ³

É o que ocorre em 40a e 40b abaixo.

40.a) John_i tried PRO_i to leave.

40.b) João_i tentou PRO_i sair.

Em 40a e 40b temos um PRO [+ anafórico], [+ papel temático] e [- realizado]. Em 40a e 40b, PRO é funcionalmente determinado como anafórico, num contexto onde foi assumido o apagamento de \bar{S} .

Até aqui levantamos dados do português, paralelos ao italiano, francês e inglês, com a finalidade de enquadrá-los no sistema de Anáforas A, de AOUN. Para estas relações anafóricas (Aa-Ab-Ac-Ad) não haveria necessidade de alterar o esquema da T.R.V. proposta por CHOMSKY¹⁰⁻¹¹, para o tratamento das anáforas.

O outro sistema que propõe AOUN não está delineado na T.R.V. A generalização da teoria da vinculação permite considerar como ligação anafórica, a ligação de um elemento, pleno ou vazio, a um antecedente em posição não argumental: \bar{A} .

Para $\bar{A}a$, AOUN admite a possibilidade de uma relação anafórica \bar{A} entre os dois elementos da expressão recíproca em italiano "l'uno... l'altro", já discutida em Aa . Para AOUN, "l'altro" da expressão recíproca descontínua, em italiano, é uma posição com papel temático independente que se liga a "l'uno", uma posição \bar{A} , resultando assim uma relação anafórica \bar{A} , com as características [+ realizada] e [+ papel temático].

Para o português, como vimos em Aa , o comportamento da expressão recíproca é semelhante ao italiano e, portanto, se a análise de AOUN se sustenta para o italiano, é também válida para o português, como verificamos em 41 abaixo:

41. Eles olharam um_i para o $outro_i$.

No dado anterior, "um" está em posição \bar{A} e é o antecedente de "outro", com o qual está coindexado.

Outra relação anafórica \bar{A} , com as características de $\bar{A}a$, é apontada por AOUN em construções, em espanhol, como em 42 e 43 adiante.

42. No veo a ninguno. (p. 154)¹ (p. 129)²⁴

43. No quiero que venga ninguno. (p. 155)¹

Em português, o mesmo tipo de relação pode ser encontrado em construções negativas: como vemos em 44, abaixo.

44. O coronel ordenou que o preso $não_i$ visse $ninguém_i$.

Uma relação anafórica \bar{A} estaria ocorrendo entre o elemento "ninguém", com papel temático independente e [+ realizado] e o "não", um antecedente em posição \bar{A} .

Considerando-se que neste tipo de relação estão envolvidos quantificadores, os quais ocupam posição \bar{A} , as relações anafóricas \bar{A} poderiam ser estendidas também para outros tipos de relações com quantificadores, assunto este que deixamos em aberto aqui.

Em $\bar{A}b$, AOUN aponta os traços [+ realizado] e [- papel temático] para caracterizar uma relação anafórica \bar{A} , nas construções existenciais com "there", do inglês.

45. There_i seems t_i to be someone in the room.
(p. 171)¹

46. What_i is there x_i on the table?
(p. 169)¹

Em português, não temos construções correspondentes. Se admitíssemos que houvesse algum tipo de relação anafórica \bar{A} em construções existenciais, ou em construções com verbo "parecer", tal relação, correspondente a $\bar{A}b$, teria o traço [- realizado], pela própria característica do português como língua "pro-drop" que admite sujeito vazio.

Com as características de $\bar{A}c$ [Anáfora \bar{A}], [- papel temático] e [- realizada], AOUN analisa construções, em francês, onde um elemento vazio é coindexado com um clítico, sendo uma anáfora \bar{A} , vinculada pelo clítico.

Temos em 47a, adiante, um clítico em posição \bar{A} e um elemento vazio coindexado com o clítico, o qual não sustenta papel temático.

47.a) Pierre le_i voit e_i. (p. 107)¹

Em português temos o mesmo tipo de estrutura, já discutida em 1.5.3.

47.b) Pedro o_i vê CV.
"pro"_i

Em 47b, há uma relação entre o objeto vazio e o clítico. Assumindo que o verbo rege a CV "pro" e que papel temático é designado sob regência, o objeto vazio, em 47b, sustentaria um papel temático independente. Nesse caso, numa perspectiva representacional, o traço para $\bar{A}c$ deveria ser [+ papel temático].

CHOMSKY, na obra de 1982, analisa a estrutura do italiano, 47c abaixo, semelhante a 47a e 47b do francês e do português.

47.c) Gianni lo_i vede CV_i. (p. 64)¹¹

CHOMSKY afirma que há uma categoria vazia na posição de objeto, coindexada com o clítico "lo". Para CHOMSKY a CV é uma posição com papel temático e o clítico "lo" uma posição \bar{A} . O papel temático seria transmitido da CV ao clítico, como no caso do movimento de SN. Para CHOMSKY, "lo_i, e_i" formam uma cadeia, à qual é designado um papel temático; entretanto CHOMSKY não assume que se trata de uma relação anafórica. (p. 64, 65)¹¹

O caso $\bar{A}d$, envolvendo variáveis, foi o que motivou empiricamente a generalização da teoria.

Em $\bar{A}d$, as variáveis são tratadas como anáforas \bar{A} [+ papel temático]; [- realizadas].

Em 48 e 49 abaixo, o elemento vazio vinculado ao operador é uma anáfora \bar{A} , do tipo $\bar{A}d$.

48. Quem_i você viu CV?

49. Who do you think t_1 that João saw x_1 (p. 3)¹

Em resumo, AOUN propôs a generalização da teoria da vinculação, para incluir outro sistema de relações anafóricas \bar{A} .

A simetria do sistema A, já delineado na T.R.V. e do sistema \bar{A} , não se sustenta em português. Os quadros A e \bar{A} teriam que ser alterados, em termos de traços, para os dados do português, do seguinte modo:

A. Sistema Anafórico A

- la. [+ papel temático ; + realizada]: reflexivos e recíprocos
- b* [- papel temático ; \pm realizada]: construções mediais
- c. [- papel temático ; - realizada]: vestígios de SN
- d. [+ papel temático ; - realizada]: PRO

\bar{A} . Sistema Anafórico \bar{A}

- a. [+ papel temático ; + realizada]: construções negativas e relação entre os dois elementos da expressão recíproca.
- b* -----: construções existenciais
- c.* [+ papel temático ; - realizada]: vestígio de clítico
- d. [+ papel temático ; - realizada]: variáveis

Como vemos, das oito possibilidades propostas, apenas cinco são aplicáveis ao português, sem alteração de traços. As maiores modificações acontecem justamente no sistema \bar{A} , e não no sistema A, já delineado na T.R.V.

Apesar de tratar as variáveis como anáforas, pelo princípio A generalizado, AOUN não elimina o princípio C e admite que as variáveis sejam tratadas pelos princípios A e C ao mesmo tem-

po (p. 25)¹. Para sustentar isto, AOUN argumenta que a sua Teoria "X - Binding" seja aplicada em forma lógica.

Na verdade, o que AOUN faz é inflar o princípio A, passando a incluir nele variáveis, vestígios de SN, quantificadores, clíticos e outras posições adjuntas.

É preciso questionar se, ao invés de generalizar a teoria para aplicá-la à FL, não seria mais conveniente eliminar o princípio C, na estrutura S, como propõe Chomsky. (p. 78)¹¹.

Assim, ao invés de tratar as variáveis pelos princípios A e C da Teoria da Vinculação Generalizada, poderíamos tratá-las pelo princípio B, na estrutura S, visto que uma variável é livre na categoria de regência, como os pronomes.

A tipologia das categorias vazias, resultante da generalização dos princípios de ligação, distancia pronomes de variáveis, embora tenham características comuns: são livres na categoria de regência e sustentam caso.

Dada a semelhança entre pronomes e variáveis e tendo já sido apontado que há o mesmo tipo de relação estrutural em construção com "wh-variável" e "tópico-objeto vazio" (p. 105)^{45*}, verificaremos, a seguir, como as construções com tópico-objeto e objeto vazio podem ser analisadas.

O que pretendemos é testar as consequências da Teoria da Vinculação Generalizada em outros dados para concluir se há ou não vantagens nessa generalização.

*CHOMSKY⁸, em 1977, tratou das construções topicalizadas ou deslocamentos à esquerda, em inglês, considerando-as num modelo derivacional, com movimento. Quanto à regra de predicação que envolve na argumentação, não trataremos nesta dissertação.

Vejamos os seguintes dados:

50.a) O que_i você viu CV?

50.b) Você viu o quê?

50.c) *O que_i você viu o_i?

Em 50a, temos a variável vinculada a um operador, conforme a T.R.V., ou uma anáfora \bar{A} vinculada à posição não argumental, tipo $\bar{A}d$, pela Teoria Generalizada de AOUN.

A agramaticalidade de 50c mostra que esta variável não se lexicaliza como "pro" na estrutura S , pelas próprias características das construções interrogativas. Além disso, tanto na T.R.V., como na Teoria da Vinculação X, tal variável deve ser checada em FL e não na estrutura S .

Em construções com tópico-objeto, porém, a lexicalização da CV como pronome pleno na estrutura S é gramatical, como vimos em 3.1 e nos dados 2a' e 2b' repetidos aqui.

2.a) Este carro eu não o compraria CV.

2.b) Estes agasalhos em comprei-os no shopping.

Estando na posição de objeto, vazia, tal categoria seria considerada uma variável vinculada a um operador, na T.R.V., ou uma anáfora \bar{A} , tipo $\bar{A}d$, pela Teoria da Vinculação X. É o que ocorre em 2a e 2b, discutidos em 3.1 e repetidos abaixo.

2.a) Este carro eu não compraria CV.

2.b) Estes agasalhos eu comprei CV no shopping.

Em 2a e 2b, o objeto-tópico é uma posição \bar{A} e vincula uma CV com papel temático independente que lhe é atribuído pelo verbo que a rege.

A lexicalização da "variável" em pronome foneticamente realizado na estrutura S, diferente do que ocorre em 50a e 50c, leva-nos a questionar o verdadeiro status desta categoria vazia-objeto, em 2a e 2b.

Para decidir sobre o tipo da categoria vazia, sua natureza, seu conteúdo e sua presença, em 2a e 2b, a teoria generalizada de AOUN não oferece subsídios, além da T.R.V, proposta por CHOMSKY.

Dizer que, em 2a e 2b, temos uma anáfora \bar{A} vinculada a uma posição \bar{A} , pela hipótese de AOUN ou afirmar que em 2a e 2b temos uma variável como diriam CHOMSKY¹⁰⁻¹¹⁻¹² e HUANG²¹, parece-nos ser apenas uma questão de terminologia.

Se assumirmos uma postura derivacional e admitirmos que houve um movimento do objeto para a posição de tópico, deixando em sua posição original uma CV, explicaríamos 2a e 2b, mas 2a' e 2b' ficariam em abertos.

A generalização da teoria não nos traz, como consequência, subsídios teóricos para explicitar a relação encontrada em 2a, 2b e em 2a', 2b'. AOUN trata como anáforas \bar{A} apenas as variáveis da relação "wh-t", como 50a, onde não há possibilidade de lexicalização do elemento vazio, como pronome pleno.

Os dados 2a', 2b', 2c' e 2d' seriam problemáticos para AOUN, principalmente devido a sua posição em relação aos pronomes.

AOUN pretende tratar os pronomes foneticamente realizados como categorias vazias e afirma que a noção de elementos vazios deve ser generalizada para incluir nela os pronomes foneticamente realizados. (p. 27)¹

Generalizar a noção de categorias vazias, incluindo nelas os pronomes foneticamente realizados, equivale a apagar a validade do traço [\pm realizado] que ele mesmo considera relevante

na caracterização das anáforas.

Nem mesmo a distinção [\pm realizado] poderia ser tomada como relevante, uma vez que ter ou não conteúdo fonético não representa uma diferença sintática e sim apenas uma distinção morfológica. (p. 210)³ Por isso, nos dados 2a, 2b e 2a', 2b' não pode haver diferença sintática.

É inegável que, em 2a', 2b', 2c' e 2d', o pronome, com conteúdo fonético na FF (forma fonética), não é uma categoria vazia. Uma CV tem como caracterização máxima a ausência de matriz fonética. (p. 91, nota 2)¹¹

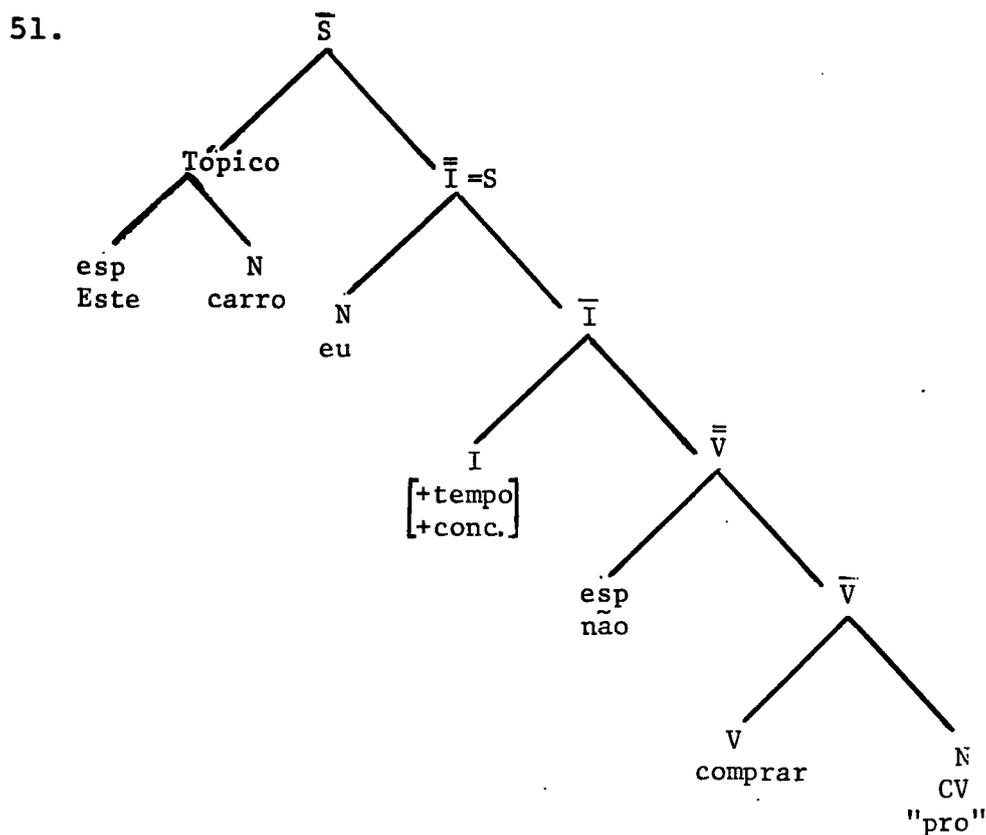
Assumir que os pronomes com conteúdo fonético são CVs, equivale a introduzir na teoria equívocos e redundâncias, ao invés de se chegar à simplificação e elegância pretendidas.

O caminho a ser tomado para explicitar o tipo, a presença e o conteúdo da CV em 2a, 2b, 2c e 2d e o tipo de relação com o tópico-objeto pode ser outro.

O próprio CHOMSKY mostra como possível a direção para uma perspectiva representacional, como vimos em 1.4, levando-se em conta apenas a estrutura-S e considerando-se "mova α " apenas uma relação nesta estrutura. (p. 114)¹² e (p. 16 e 33)¹¹

Se assumirmos que as estruturas 2a, 2b, 2c e 2d são assim geradas na estrutura-S e não que houve movimento do objeto para a posição de tópico, precisamos explicitar a relação entre tópico e CV de outro modo. Precisamos assumir posições diferentes tanto da T.R.V., como de AOUN.

Para explicitar a relação antecedente-conseqüente, na estrutura-S, dos dados 2 e o tipo, presença e conteúdo da categoria vazia, partiremos da representação binária, semelhante à representação 24, correspondente a 2d, já discutida anteriormente.



Pela configuração estrutural de 2a, acima representada, podemos assumir pelos princípios de vinculação que a CV é um "pro" nos dados 2. É um "pro" porque está livre na sua categoria de regência, seguindo o princípio B da teoria da vinculação de CHOMSKY¹⁰⁻¹¹, BOUCHARD³ e AOUN¹. O "pro" não está indexado e nem vinculado no domínio de S, mas lexicaliza-se como pronome pleno, sendo portanto recuperável, como vimos.

Além disso, esta CV está regida pelo verbo (V rege N) e não pelo tópico, uma vez que \bar{I} é barreira para regência.

Pela grade temática do verbo "comprar" (x comprar y), o objeto y está subcategorizado pelo verbo que o rege, e lhe designa caso e papel temático.

O tópico-objeto está fora de S, mas no domínio de \bar{S} . O tópico está fora do domínio relevante para regência da CV.

Este tópico, considerado uma posição \bar{A} , copia os traços de caso do "pro" objeto, na estrutura S , o que se comprova em alemão e russo com a realização da marca-morfológica de caso acusativo, como nos revelam os dados abaixo, correspondentes a 2a em português.

52. Diesen Wagen, wurde ich nie verkaufen CV.
(ac)

53. Etu mašinu ja by nie kupil CV.
(ac) (ac)

2.a) Este carro eu não compraria CV.

Este tópico-objeto não rege a CV, mas designa-lhe os traços de gênero e número, isto é, os traços de concordância, quando a CV se lexicaliza.

O tópico-objeto, uma posição \bar{A} , seria uma categoria de indexação da CV, situada não no domínio de S , mas no domínio de \bar{S} . Em 3.2.4 e 3.2.5 adiante, verificaremos que esta categoria de indexação pode estar também em outra S .

Se a teoria de AOUN só se aplica na FL e não dá conta de dados como 2a e 2a', não vemos vantagens na generalização da teoria da vinculação. Para um modelo representacional que leva em conta a estrutura S , a Teoria da Vinculação Generalizada não acrescenta vantagens sobre a análise possível a partir do esquema da T.R.V.

Na T.R.V., a variável também precisa ser checada em FL. Portanto, com ou sem generalização da teoria, os problemas permanecem.

Em síntese, apresentamos a proposta de AOUN e aplicamos a dados do português, o que nos levou a reformular o quadro proposto como simétrico.

Com o objetivo de verificar conseqüências da proposta de AOUN, analisamos construções com tópico-objeto, discutimos possibilidades de análise das estruturas 2, numa perspectiva derivacional e numa possível perspectiva representacional.

Numa perspectiva representacional a diferença das propostas da T.R.V. e de AOUN seria uma questão de nomenclatura.

Verificamos que, levando-se em consideração apenas a estrutura S, podemos constatar a presença da categoria vazia a partir das propriedades lexicais do verbo e, pela configuração estrutural, podemos constatar o seu tipo: um "pro" livre na categoria de regência. Este é o critério de identificação funcional de uma CV, proposto por CHOMSKY, a partir do capítulo VI da obra de 1981 e em 1982.

Em síntese, vimos que, embora os dados 2a, 2b, 2c e 2d, possam ser considerados uma anáfora \bar{A} pela Teoria da Vinculação Generalizada de AOUN, esta teoria não fornece subsídios para explicarmos os dados 2a', 2b', 2c' e 2d', relacionados em 3.1.

Precisamos verificar ainda qual seria o status da CV nos dados 1, à luz da Teoria da Vinculação Generalizada de AOUN.

Nos dados 1, relacionados em 3.1 e repetidos abaixo, não há antecedente em posição A e nem antecedente em posição \bar{A} para vincular uma anáfora.

- 1.a) A Joana viu CV na televisão ontem.
- 1.b) Não, eu não conheço CV.
- 1.c) Vou pegar CV.
- 1.d) Este remédio deixa mais calmo.

Se não há antecedente para a CV, então, pela teoria de AOUN, não poderá ocorrer uma relação anafórica de nenhum tipo. Mesmo

que considerássemos um operador vazio vinculando e indexando a categoria objeto, este não forneceria à CV, dos dados 1, a referência necessária. Sendo a anáfora uma matriz incompleta, como considera AOUN, o operador vazio também não seria suficiente para completar a CV. AOUN também não considera esta possibilidade e não trata de dados do tipo 1.

Como vemos, considerar de modo unitário, como anáfora, a CV dos dados 1 e 2 não é viável, nem pela proposta de AOUN e nem pela proposta de BOUCHARD, discutidas em 3.2.2 e 3.2.1, respectivamente.

Se considerarmos os dados 1 pelo princípio B da Teoria da Vinculação Generalizada de AOUN, pela qual um pronome pode ser X-livre na sua categoria de regência, podemos considerar a CV dos dados 1 um "pro".

O que nos levou a investigar a natureza anafórica da CV objeto em português foi a vinculação intuitiva desta com o tópico, em dados do tipo 2. Verificamos, porém, que, nem modificando a teoria da vinculação e nem modificando o conceito de anáfora, damos conta de modo uniforme dos dados 1, 2 e 2'.

Como as duas alternativas, expostas em 3.2.1 e 3.2.2, não nos levaram à uma análise unitária como pretendemos, passaremos a investigar outras possibilidades para estabelecer a natureza da CV objeto em português.

3.2.3. A proposta de HUANG.

A partir daqui abandonaremos as propostas de AOUN¹ e BOUCHARD³, mas conservaremos para nossas análises alguns conceitos de BOUCHARD, discutidos em 3.2.1.

Assumiremos que nenhum princípio deve ser incorporado à gramática para tratar especificamente das CVs e assumiremos, de BOUCHARD, as noções de lexicalização e recuperabilidade do conteúdo da CV, que envolvem a noção de traços-F e índice-R, já discutidos em 3.2.1.

Perseguimos até aqui a possibilidade de estabelecer um status anafórico para a CV objeto em português e já sugerimos que é mais viável estabelecer uma natureza pronominal para esta categoria. A seguir, questionaremos a possibilidade de considerarmos a CV objeto em português como variável, isto é, nem anafórica e nem pronominal.

A ocorrência de pronomes vazios que precisam ser identificados, mas, que a concordância não permite tal identificação, como nos dados 1, já foi estudada por HUANG²¹, em 1984, e estendida para o português.

Pela proposta de HUANG²¹ deveríamos considerar que a CV objeto, nos dados 1 e 2, é uma variável*: em 2, a CV estaria vinculada ao tópico e, em 1, seria postulada a existência de um operador vazio.

1.a) OP Joana viu CV na televisão ontem.
 i i

O modelo de HUANG²¹ é altamente derivacional. Para ele, a CV argumento seria primeiro movida para a posição de tópico, depois este tópico seria apagado, transformando-se num operador vazio e, em seguida, coindexado com a CV. Tal ligação seria feita por uma cadeia com o tópico.

*GALVES¹⁶, em 1984, tendo estudado dados do português com objeto vazio, baseando-se na T.R.V. e no trabalho de HUANG²¹, concluiu que a CV objeto é variável. (p. 114-115)¹⁶. Atualmente a autora argumenta que a CV objeto em português brasileiro é "pro"legitimado por predicção, conforme nos comunicou pessoalmente.

HUANG postulou a existência de um operador vazio, justificando-se em dados empíricos do tipo 2, em chinês, onde o tópicco aparece junto ao sujeito e a CV objeto é interpretada, naturalmente, como vinculada ao tópicco.

Desse modo, para as construções do tipo 1, o que estaria faltando, segundo HUANG, é o tópicco e não o objeto.

What is really missing is the topic-that is, an object is topicalized first, before it is deleted from topic position. (p.542)²¹

Alguns problemas, pelo menos, podem ser levantados a partir das afirmações acima, em confronto com os dados do português.

O primeiro é que HUANG usa, como critério, para classificar as línguas, a ausência do tópicco, o qual é decorrente de pelo menos duas transformações: um movimento e um apagamento. O excesso de transformações é outro problema para a teoria que, mesmo derivacional, vem admitindo apenas o "mova α ".

Além disso o movimento que HUANG defende é para fora de S, havendo, posteriormente, nova vinculação, de fora de S para dentro de S.

Para sustentar sua hipótese de que a CV objeto em português é variável, HUANG relaciona as propriedades das expressões referenciais, tratadas pelo princípio C da T.R.V: não podem ser vinculadas a posições A e têm propriedades comuns com as expressões lexicais. Aponta também que o objeto vazio, em chinês e em português, é vinculado por um argumento que não pode ser o sujeito da mesma S. Deduzimos então que, conseqüentemente, a tão difundida regra do controle generalizado, impondo a vinculação de uma CV com o elemento nominal mais próximo, não é válida para os dados 2. Se a regra de controle generalizado se aplicasse em

português, a CV objeto, no dado 2a, estaria vinculada ao sujeito, o que implicaria na agramaticalidade.

2.a) *Esse carro eu_i não compraria CV_i.

O argumento de HUANG, em favor do status de variável da CV objeto, é um tanto frágil, como podemos verificar pela seguinte afirmação:

An EC may change in the course of a derivation... it was indicated that a variable located with a complex NP may start out as a pronominal, be coindexed with a topic antecedent... and end up as a variable by definition. As a result of free indexing an EC that starts out as a pronominal may be coindexed... after coindexing takes place, however, the EC becomes a variable. (p. 565)²¹

Se a variável de HUANG²¹ é primeiro gerada como pronome e depois torna-se variável, quando coindexada com o tópico, este é um argumento a favor da hipótese do status pronominal da CV, levando-se em consideração a estrutura S. Assim, a categoria não realizada se manteria com seus traços pronominais e com suas propriedades genuínas.

Como o modelo de HUANG²¹ é derivacional, a CV é gerada, para ele, na estrutura profunda. (p. 563)²¹. Porém, num modelo representacional, sendo a CV diretamente gerada na estrutura S, a CV objeto começaria e terminaria com status pronominal.

Para HUANG²¹ a CV objeto não pode ser "pro" porque está localmente vinculada com o tópico. Como vemos, o conceito de localidade para HUANG não é o mesmo que estamos assumindo: neste trabalho a localidade é a S. Se considerarmos que o "pro" vincula-se com o tópico, fora de S, nos dados 2, a argumentação de

HUANG contra o "pro" não pode ser sustentada.

The object EC cannot be a pronominal, since it is locally bound by a topic, which is a non A, nonthematic position. We have argued that an object EC cannot be a pronominal, though it can be a variable, by showing that it cannot be locally A-bound by a matrix argument, though it can be locally \bar{A} -bound by a topic. (p. 543)²¹

Se admitíssemos que a CV objeto é variável, em português, não poderíamos considerar que o "pro" na posição de sujeito é uma variável. A favor da variável, em posição de sujeito, também HUANG argumenta, para o chinês. Então, teríamos o parâmetro da variável nula e não o parâmetro "pro-drop".

HUANG afirma ainda contra o "pro" que, nas línguas que estudou, o pronome objeto não é genuíno (p. 557)²¹, apesar de permitirem pronome legítimo na posição de sujeito. Se ele considera que os pronomes oblíquos em português não são genuínos e que apenas os pronomes do caso reto que ocupam a posição de sujeito, são legítimos, está considerando apenas um tipo de registro, o que não nos interessa. Temos como contra-argumento, para HUANG, dados empíricos do português em que os pronomes "legítimos" que ocorrem em posição de sujeito podem estar em posição de objeto. É o que ocorre nos dados abaixo:

54. Paulo, eu vi ele. (p. 129)⁴⁵

55. Meus amigos disseram que os velhos defendem eles.

(p. 121)²⁹

Outros problemas de natureza semelhante podem ser levantados na argumentação de HUANG a favor da variável e contra o "pro". Sentenças consideradas agramaticais em suas análises, são

consideradas bem formadas por nós como falantes nativos, desde que se admita a possibilidade de vinculação do pronome vazio com um antecedente qualquer, fora de S.

HUANG considera agramatical o dado abaixo.

56. *João disse à Maria_i que gostaria de conhecer CV_i
melhor. (p. 541)²¹

Se 56 fosse mal formada, teríamos que considerar agramaticais os dados 1 deste trabalho, mas 1a, 1b e 1c já foram considerados, em outros trabalhos, como perfeitamente aceitáveis.

HUANG não analisa, em português, dados do tipo 1 e é justamente para estes que a hipótese do operador vazio talvez fosse viável.

Mesmo postulando o operador vazio, para os dados 1, este não permitiria a recuperabilidade do conteúdo da CV.

Além disso, outros problemas decorrem para uma análise com operador vazio como a de HUANG, apontados por ele mesmo: é com relação à subjacência.

HUANG afirma que a relação de vinculação, estabelecida entre a CV e o tópico, viola a subjacência. (p. 570)²¹ Como o seu modelo admite movimento e a subjacência é relevante, HUANG discute a existência de processos de movimento, distintos de processos de indexação.

HUANG cita o trabalho de LI e THOMPSON, de 1976, (ao qual não tivemos acesso) onde, conforme HUANG, é proposta a eliminação de movimento para as estruturas do chinês, onde há tópico.

Mais um argumento empírico contra a hipótese do operador vazio de HUANG e contra o movimento, encontramos no seu próprio trabalho. É o dado 57a adiante:

57.a) Se você não gosta desse vestido_i, você não compra CV₁.
(p. 571)²¹

Este dado é uma evidência para nós a favor da hipótese do status pronominal da CV objeto e contra a hipótese do operador nulo.

Como poderia ser considerada variável a CV, em 57a, se a posição a que se vincula, é uma posição argumental?

HUANG admite a existência da CV adjacente ao verbo, mas não admite sua natureza pronominal.

Note that even without this assumption of an abstract operator, the fact that each of the object ECs is coindexed with an argument doesn't itself establish the EC as pronominal. (p. 571)²¹

Portanto, para a estrutura 57a, HUANG não postula a existência do operador vazio para vincular a variável. Então, do mesmo modo não postulamos operador vazio para os dados 1, onde não há antecedente visível para a CV.

Se, em 57a, fosse postulado um operador vazio, adjunto à S que contém a CV, este não seria tópico, como também não pode ser considerado tópico o argumento do verbo "gostar" que vincula a CV do verbo "comprar". Ser tópico é relevante para a análise de HUANG, mas em nossa análise a CV do dado acima é "pro" porque está livre no seu domínio, indexando-se com um elemento fora de S. Dada a liberdade do "pro", este pode indexar-se com qualquer antecedente em qualquer distância.

Outra questão que levantamos a partir do dado acima, 57a, é contra o movimento. Como pode ter havido movimento do argumento do verbo "comprar" para a posição de argumento do verbo "gostar"?

Mesmo que houvesse duas CVs adjacentes aos verbos, a sentença poderia ser considerada aceitável e gramatical em português, como vemos em 57b, abaixo:

57.b) Se você não gosta CV, você não compra CV.

Não vemos justificativas empíricas, nem teóricas, para postular a presença do operador vazio na estrutura acima. Se considerarmos que a hipótese da presença do operador nulo, para vincular a CV, estabelece o status da CV, mesmo assim não fornece subsídios para identificação do conteúdo da CV.

Os mecanismos propostos por HUANG para análise de dados só são possíveis num modelo derivacional. Se assumirmos um modelo não derivacional, onde o movimento e apagamento não existam, não podemos postular o tópico vazio, como propõe HUANG.

Logo, a hipótese do operador vazio e do status da CV objeto como variável nos dados 1 e 2 não cabem no modelo teórico que estamos assumindo como possível.

RAPOSO³⁴, adaptando ao português europeu a proposta de HUANG, considerou como variável a CV objeto.

1.a) CV OP a Joana viu CV_i na televisão ontem. (p. 6)³⁴
tópico_i

Para RAPOSO³⁴ o elemento nulo receberia uma interpretação de um elemento tópico vazio presente no contexto pragmático ou no ambiente discursivo.

Sem expor a argumentação teórica de RAPOSO, semelhante à de HUANG, pretendemos apenas questionar a fundamentação empírica que sustenta sua hipótese a favor da CV objeto como variável, seguindo RIZZI³⁹.

RAPOSO fundamenta sua argumentação na agramaticalidade dos seguintes dados:

58*.. Quando_jOP_i é que o João vai oferecer CV_j à Maria CV_j?
(p. 513)³⁹

59*.. Para qual dos filhos_jOP_i é que Maria comprou CV_i CV_j?
(p. 513)³⁹

As sentenças 58 e 59 são agramaticais, segundo RAPOSO, porque há dois operadores na posição de COMP: um realizado e um vazio.

Os dados marcados como agramaticais por RAPOSO não nos parecem, como falantes nativos, agramaticais. Nas mesmas situações discursivas em que aceitamos la, aceitamos 58 e 59.

Ou há uma significativa diferença entre o português brasileiro e o português europeu nestes dados, ou os argumentos empíricos de RAPOSO são insuficientes para sustentar sua tese a favor do status da CV objeto como variável.

RIZZI³⁹ aponta também estruturas com objeto vazio em italiano, perfeitamente aceitáveis e gramaticais, com COMP realizado na FF e para as quais COMP e operador vazio estariam em coocorrência, se houvesse movimento da CV para operador em COMP.

Se objeto vazio é variável e se variável pressupõe movimento para operador vazio, não é possível dar conta da gramaticalidade de dados do italiano, como 60 e 61 abaixo.

60. Quale musica riconcilia CV con se stessi. (p. 514)³⁹
Qual música reconcilia (você) consigo mesmo.

61. Non so che cosa le sue parole possano indurre a
PRO concludere CV. (p. 514)³⁹

Eu não sei a que suas palavras podem levar PRO a concluir.

Se por outro lado a CV for considerada "pro", não temos problemas, pois não há necessidade de postularmos operador vazio, junto de um operador realizado.

Nas construções do tipo 2, com tópico realizado e objeto vazio, considerar a CV "pro" não implica a necessidade de postularmos que houve movimento da variável para a posição de operador vazio, ficando este junto ao tópico realizado.

Se postular operador vazio implica prever para o italiano uma agramaticalidade que não existe como mostram os dados 60 e 61, então não é viável a hipótese do operador vazio.

Verificamos, então, que tanto nos dados de RIZZI como nos dados de RAPOSO, considerados gramaticais, a CV objeto pode ser "pro". Se a CV objeto é "pro" em 58, 59, 60 e 61, será do mesmo modo nos dados 1 e 2 do português. Considerando-se que a CV objeto é "pro", não há necessidade de recorrermos a mecanismos de movimento e transformações para definir o status desta CV.

Contra a hipótese de que o objeto vazio em português é uma variável e contra a hipótese do operador nulo encontramos argumentos em FARREL¹³, num texto de 1987, ainda não publicado.

3.2.4. A proposta de FARREL*.

FARREL¹³ argumenta a favor da hipótese de que a CV objeto em português é "pro".

É mostrado também por FARREL que a hipótese de HUANG é insustentável para o português, que a CV objeto não é uma va-

*Tivemos acesso ao texto do FARREL quando este capítulo já estava na primeira redação. Resolvemos incluí-lo porque suas hipóteses reforçam nossos argumentos. Além disso FARREL ampara-se em dois artigos com os quais já estávamos trabalhando: RIZZI³⁹ e HUANG²¹.

riável.

Para FARREL a CV objeto só pode ser permitida pela correferência com um antecedente no discurso. Ele não examina dados do tipo 1 e nem dados do tipo 2 com tópicos.

Pretendemos apresentar a argumentação de FARREL e contra argumentar em alguns aspectos, principalmente quanto ao julgamento de agramaticalidade e quanto à vantagem nula de continuar assumindo um modelo derivacional, pelo menos para estes dados do português.

Não vimos vantagens no tratamento do mesmo assunto num modelo derivacional já que a única estrutura relevante, considerada por FARREL para as análises, foi a estrutura -S.

Assim, os dados empíricos de FARREL levaram-nos a reforçar a hipótese da possível adoção de um modelo representacional, uma vez que a subjacência, módulo que trata especificamente do movimento, é violada em estruturas com objeto vazio.

FARREL afirma inclusive que é preciso abolir ou modificar a noção de subjacência tal como está na T.R.V.

FARREL demonstra nos dados 62, 63 e 64, abaixo, que a subjacência é totalmente violada.

62. As paredes foram pintadas sem o fato de eu ter lixado CV ter sido reparado. (p. 13)¹³

63. Vamos limpar o carro antes de falar com o cara que queria comprar CV. (p. 13)¹³

64. João quer devolver o carro porque Maria não vendeu a casa antes de comprar CV. (p. 13)¹³

Os dados empíricos selecionados por FARREL demonstram que seria problemático admitir que houve movimento da CV para

uma posição de operador, não se sustentando, assim, a hipótese de HUANG, anteriormente exposta em 3.2.3, que considera a CV objeto uma variável vinculada a um operador vazio.

FARREL mostra também que os objetos vazios ocorrem livremente em sentenças adjuntas em português brasileiro, sem operadores vazios, em contextos onde pode entrar um pronome realizado. É outro argumento contra a hipótese do operador nulo e CV variável que ele demonstra baseado nos seguintes dados empíricos:

65. Os pintores pintaram as paredes sem que lixassem CV.

66. A bola caiu da mesa sem empurrarmos CV.

Outro argumento empírico contra a hipótese do operador vazio apontado por FARREL, é que mesmo postulando um operador vazio para vincular uma CV objeto, ele não é suficiente para desfazer a ambigüidade de sentenças como 67 abaixo.

67. Pedro_i contratou Paulo_j antes que eu conheci CV_i.
 (p. 16)¹³ _j
 k

Os argumentos que FARREL apresenta contra a hipótese do operador nulo e conseqüentemente contra o status da CV objeto como variável e a favor de "pro", reforçam ponto a ponto a tese de que os dados não envolvem movimento e podem ser tratados num modelo representacional.

Outro dado empírico que FARREL discute para demonstrar a tese a favor da análise com "pro" e não variável é o seguinte:

68. Todo mundo diz que Maria beijou Pedro depois do baile.

Mas el_ie insiste que ninguém beijou CV_i.

Para FARREL o dado 68 é aceitável e a CV é "pro". Para ele a CV não poderia ser variável porque o antecedente está em posição argumental.

A única restrição que FARREL comenta contra o status pronominal da CV objeto em português é a sua distribuição mais limitada que os pronomes plenos.

Se considerarmos que as construções com objeto vazio são freqüentes em português, como demonstram as tabelas de TARALLO⁴⁴, nem mesmo a distribuição limitada, apontada por FARREL, é argumento contra o "pro".

Partindo do pressuposto que nem todo objeto pode ser apagado, FARREL inclui o contexto lingüístico que precede a sentença com objeto vazio, para justificar a presença da CV e considerar estas sentenças gramaticais.

Então como HUANG, FARREL considera agramaticais sentenças do tipo 69, enquanto considera gramaticais estruturas em que o antecedente está explícito em outra S como 70.

69*.. João disse que Pedro viu CV. (p. 4)¹³
(p. 541)²¹

70. Que aconteceu com o bolo?

Eu comi CV. (p. 3)¹³

FARREL, porém, não admite um contexto lingüístico para uma sentença do tipo de 69, como por exemplo, 71 abaixo:

71. Quem João disse que viu o disco voador?

João disse que Pedro viu CV.

Se tivéssemos contexto lingüístico para 69, como FARREL explicita em 70, então 69 seria considerado gramatical como 71, pela aná-

lise de FARREL, já que 69 é igual a 71.

Se FARREL admitisse que a CV objeto, adjacente ao verbo, pode ter traços arbitrariamente fixados, como queremos demonstrar para os dados 1, expostos em 3.1, não haveria contradição no julgamento da gramaticalidade de 69 e 71.

O dado 69, considerado agramatical por FARREL e HUANG, é considerado aceitável desde que a CV objeto tenha traços arbitrários ou hipotéticos. Trata-se de um "pro" em coerência com a análise que estamos propondo para os dados 1.

Se aceitamos 1a como gramatical, devemos aceitar também 69. Em ambos é o mesmo verbo que subcategoriza a CV.

1.a) Joana viu CV na televisão ontem.

69. João disse que Pedro viu CV.

A CV em 69 e em 1a não poderia ser anáfora porque não encontra antecedente possível na mesma S. Poderia ser considerada uma anáfora vazia se tivéssemos correferência da CV com o sujeito:

72. Joana₁ viu CV₁ na televisão ontem. .

73. João disse que Pedro₁ viu CV₁ no espelho .

Nesse caso, 72 e 73 estariam enquadrados no sistema anafórico A de AOUN, discutido anteriormente em 3.2.2, e mais uma modificação deveria ser feita no quadro de AOUN: as anáforas A, do tipo Aa, poderiam também ser [- realizadas], ou seja, os reflexivos poderiam ser vazios em português.

Para FARREL a CV em 69 também não pode ser variável porque não tem um antecedente em posição \bar{A} para vinculá-la.

A CV em 69 não é considerada "pro" por FARREL, uma vez que ele considera o dado agramatical, mas pela sua proposta de análise a CV em 71 seria considerada "pro", no mesmo contexto sintático de 69.

Conforme a análise que estamos propondo para os dados 1, diríamos que em 69 a CV é "pro" por estar livremente indexado fora de S, e ser livre para ser vinculado a qualquer distância fora de S. Quanto aos traços da CV, em 69, quando esta se lexicalizasse, estes seriam arbitrários ou hipotéticos na sintaxe.

O problema que apontamos em FARREL¹³ é que, estando seu trabalho inserido no âmbito da gramática gerativa, deveria limitar-se nas argumentações a nível de sentença, para que não houvesse contradição no julgamento de agramaticalidade como vemos em 69 e 71.

FARREL considera, por exemplo, problemático para sua análise o dado 74a abaixo, que, inserido num contexto lingüístico, seria para ele perfeitamente aceitável, sem violação do princípio B.

74.a) Não sei, será que ele perdeu CV?

Para nós a CV em 74a pode ser também tratada do mesmo modo que as CVs dos dados 1. É um "pro" não vinculado no domínio local, isto é, na mesma S e seus traços são fixados arbitrariamente. A recuperabilidade da CV em 74a poderia ser feita com possibilidades limitadas pela língua como vemos abaixo em 74a'.

74.a') Não sei, será que ele perdeu você?

Não sei será que ele nos perdeu?

Não sei será que ele te perdeu?

FARREL considera o dado 74a apenas no contexto lingüístico 75, abaixo, onde seria esperada a presença de um reflexivo.

75. Que aconteceu com Pedro?

Não sei será que ele se perdeu?

*Não sei será que ele CV perdeu? (p. 15)¹³

O que verificamos em português é que a CV pronominal é muito mais produtiva do que a CV anafórica. A interpretação reflexiva da CV nos dados 72 e 73, por exemplo, é muito mais restrita, do que a interpretação não reflexiva. Além disso, as anáforas plenas são mais frequentes que as anáforas vazias.

Se tivéssemos a mesma estrutura 74 num contexto lingüístico diferente de 75, como 76 abaixo, a CV poderia ser considerada pelo princípio B.

76. Que aconteceu com Pedro no jogo?

Não sei, será que ele perdeu CV?

Tanto pela análise de FARREL como pela proposta que estamos fazendo para os dados 1, a CV em 76 seria "pro".

Convém esclarecer que FARREL toma S e não \bar{S} como barreira para vinculação (fundamentado no trabalho de RAPOSO³⁵, de 1987), do mesmo modo que discutimos esta noção em 3.2 e diferente do que considera BOUCHARD³.

Se S e não \bar{S} é barreira para vinculação de "pro", basta que consideremos o princípio B da T.R.V., pelo qual o pronome é livremente indexado fora de S, sem termos necessidade de recorrer à pragmática ou ao contexto lingüístico para definir o status de uma CV objeto.

3.2.5. Outra proposta de análise.

A natureza pronominal do objeto vazio foi defendida por RIZZI³⁹ para o italiano. Para RIZZI, porém, o objeto direto vazio em italiano suporta uma interpretação arbitrária, genérica e indefinida: é um "pro" arbitrário. Este autor não aventava a hipótese da presença de um operador vazio em construções como 77 e 78.

77. Questo conduce CV alla seguente conclusione. (p.501)³⁹
Isto leva CV à seguinte conclusão.

78. Questo cartello mette in guardia CV contro le valanghe.
(p. 501)³⁹

Este sinal previne CV contra avalanches.

RIZZI não analisa construções do tipo 2 apresentadas em 3.4, com tópico e CV objeto, mas as construções do tipo 1 podem ser tratadas do mesmo modo que os dados 77 e 78 do italiano. Se para RIZZI, em italiano, o fenômeno do objeto vazio está lexicalmente determinado, consideramos que o papel do léxico também é relevante para o português. Diríamos que os chamados verbos transitivos subcategorizam e exigem um objeto na sua estrutura argumental ou na sua grade temática, usando a terminologia de STOWELL⁴³, mesmo que este argumento esteja vazio.

A grade temática de um verbo é assim definida por STOWELL:

Let us call this internal representational of the verb's argument structure its thematic-grid, or Θ -grid... the Θ grid of a given verb can be thought of as a code for the set of argument positions which may appear as its complements. To view the Θ grid as a lexical code for a structure skeleton of argument positions is essenti-

ally equivalent to viewing the complement structure as a projection of the argument structure of the governing head. (p.34)⁴³

A grade temática do verbo é, segundo STOWELL, responsável pela configuração dos argumentos do verbo. Esta grade temática está relacionada com o esquema de subcategorização do verbo e conseqüentemente com o complemento subcategorizado, do qual estamos tratando.

É, ainda, este verbo que designa papel temático* ao complemento previsto na sua grade temática, conforme afirma STOWELL:

Then every subcategorized positions will correspond to an argument position projected from the Θ grid, and the verb will assign Θ role to each and every subcategorized complement. (p. 36)⁴³

O objeto direto subcategorizado pelo verbo está imediatamente adjacente, à direita do núcleo que o rege e, portanto, quando o objeto não está realizado, a CV correspondente ocupa a mesma posição.

Esta posição do objeto pleno ou da CV objeto adjacente ao verbo permite que a designação de caso também seja feita adjacente ao verbo. A condição de adjacência na designação de caso também é tratada por STOWELL.

Specially, we can adopt CHOMSKY's (1980) proposal that case assignment observes a strict condition of adjacency, at least for structures when case is assigned under government. (p. 112)⁴³

*Não especificaremos qual é o papel temático que cada verbo está designando a seu objeto em cada dado apresentado. Como vimos, em 1.5.2, esse é um assunto que ainda precisa ser aprofundado. O que importa é que cada objeto direto, subcategorizado pelo verbo, tenha um papel temático e não importa para este trabalho qual é este papel.

Então, como o objeto direto recebe o caso do verbo que o rege, temos que admitir que nos dados 2 o caso é primeiro designado à CV, à direita do verbo e depois transmitido ao tópico, através de uma cadeia de caso. Pelo menos é o que verificamos em russo: o acusativo revela-se morfológicamente marcado em dados como 53, já discutido em 3.2.2, que repetiremos aqui, e também no dado 79 abaixo, correspondente à representação 24, em 3.2.

2.a) Este carro eu não compraria CV.

53.a) Etu mašinu ja by nie kupil CV.
(ac) (ac) (ac)

2.a') Este carro eu não o compraria.

53.a') Etu mašinu ja by jejo nie kupil.
(ac) (ac) (ac)

2.d) A Belina o Hélio levou CV prá oficina.

79. Belinu , Hélio otv'oz CV v mast'erskuju.
(ac) (ac)

Assumindo que o caso foi primeiro designado à CV e depois absorvido pelo tópico, nos dados 53 e 79, estamos admitindo que, também em português, o caso acusativo é designado à direita do verbo, por isso, mantivemos a CV objeto sempre à direita nas estruturas analisadas neste trabalho.

Se o caso é designado sob regência e estamos admitindo que esta atribuição é feita à direita, do núcleo para o complemento, precisamos admitir que a designação do papel temático que também é sob regência, é também feita à direita*.

*Este assunto da direção na atribuição de caso e papel temático foi abordado por TRAVIS⁴⁶ e apontado como sendo um parâmetro entre as línguas. Observe-se que, mantendo a CV à direita do verbo, a ordem SVO do português é conservada, o que representa uma vantagem para a análise que estamos assumindo. Se admitíssemos que houve movimento da CV para a posição de tópico nos dados 2, e a CV não permanecesse adjacente ao verbo, a ordem do português, nos dados 2, seria O.S.V.

Levantamos aqui estas considerações para podermos afirmar que a CV objeto nos dados 1 pode ser arbitrária em português no que diz respeito aos traços de concordância de gênero e número, mas não é arbitrária quanto ao caso.

Para RIZZI o papel temático da CV em italiano é também arbitrário.

Assign arb to the direct θ role. (p. 521)³⁹

Nos dados 1, poderíamos dizer que a CV tem traços arbitrários e também papel temático arbitrário, já que o contexto semântico está incompleto; mas nos dados 2, a recuperabilidade do papel temático é possível e, então, não poderia ser arbitrário.

Também não poderia ser arbitrário o papel temático da CV objeto em sentenças adjuntas como 80 abaixo.

80. Eu descasquei as laranjas e Pedro comeu CV.

(p. 138)⁴⁵

O objeto vazio nos dados 1 está sendo considerado "pro" arbitrário na nossa análise, isto é, um elemento pronominal vazio com traços F arbitrários em gênero e número e também índice. R arbitrário, mas não estamos entendendo arbitrário no mesmo sentido de RIZZI³⁹.

Para RIZZI o objeto vazio arbitrário em italiano, nos dados 77 e 78, por exemplo, é [- anafórico], [+ humano], [+ genérico] e [+ plural]. (p. 517)³⁹

Nas estruturas 1 o "pro" é arbitrário, mas não necessariamente genérico, plural e humano. Talvez fosse melhor empregar outro termo para este "pro". Talvez fosse melhor dizer que nas estruturas 1 temos um "pro" projetado na sintaxe, devido à grade

temática do verbo, e que este "pro" teria índice.R e traços - F hipotéticos.

Em 1d, porém, repetido abaixo, os traços de concordância do adjetivo permitem recuperar os traços da CV objeto, quanto ao gênero e número.

1.d) Este remédio deixa CV mais calmo. $\left[\begin{array}{l} + \text{ masc.} \\ + \text{ sing.} \end{array} \right]$

Nas estruturas 2 e em 80, o "pro" não é arbitrário, nem quanto aos traços de concordância, nem quanto ao índice.R e nem quanto ao caso e papel temático, porém conserva sua natureza pronominal imposta pelo princípio B da teoria da vinculação: estando o vinculador de seus traços fora dos limites de S o "pro" é livre no domínio de S, nos dados 2 e no dado 80.

O "pro", mesmo nos dados 2, 80 e 57a repetido abaixo, é arbitrário nos limites de S.

57.a) Se você não gosta desse vestido, você não compra CV.

Em sentenças como 57a, a recuperabilidade do "pro" objeto não difere dos dados 2, ou dos dados de FARREL: 62,63,64,65, 66 ou 68.

Estamos admitindo que nestas estruturas com objeto vazio, com uma CV adjacente ao verbo, temos uma categoria de natureza pronominal sem realização fonética. Estamos admitindo que a CV objeto em português é um "pro" legítimo em todas estas estruturas, inclusive em 1.* É um "pro" com traços arbitrários no seu

*ROUVERET⁴⁰, tendo estudado o fenômeno do objeto vazio, concluiu que temos uma CV pronominal, mas que se trata de um "pro degenerado" (pro dégeneré) (p. 217)⁴⁰. O fenômeno do objeto "nulo" não é unitário (p. 206)⁴⁰ para ROUVERET e seus argumentos não serão relacionados porque estão embutidos numa rede de princípios não explicitados na T.R.V.

domínio local, mas estes traços deixam de ser arbitrários quando o "pro" livremente encontra um vinculador ou um indexador.

São as próprias propriedades do "pro" que permitem esta liberdade de indexação fora de S.

Em resumo, as propriedades do "pro" são as seguintes:

- Obedece ao princípio B.
- É livre no seu domínio local.
- Tem liberdade referencial.
- Tem caso acusativo.
- Tem papel temático.
- Pode ter conteúdo recuperado.
- Pode lexicalizar-se.
- Pode vincular-se com um antecedente com qualquer função gramatical, fora de S.
- Pode vincular-se a uma posição A ou \bar{A} .
- É lícita porque é regida pelo verbo.
- Faz parte da grade temática do verbo.
- Não pode vincular-se no seu domínio local.

Os traços desta categoria pronominal não realizada são recuperados, hipoteticamente, quando não há tópico ou indexador explícito em alguma distância possível de se recuperar, como nas sentenças 1.

Se houver tópico adjacente a S ou se em sentenças adjuntas ou coordenadas a proximidade do vinculador permitir a recuperabilidade dos traços de concordância e do índice-R, então a CV objeto "pro" não é arbitrária nem hipotética.

Este vinculador ou categoria de indexação que permite ao "pro" a recuperabilidade dos traços, não tem distância limitada. Quando é tópico, como nos dados 2, pode se dizer que há condições

de estabelecer-se uma cadeia representacional, até fora dos limites de S, havendo assim a transmissão do caso e do papel temático da CV ao tópico e depois novamente do tópico à CV, quando esta se lexicaliza.

No caso de sentenças adjuntas ou quando a categoria de indexação está em outra sentença nenhuma cadeia se estabelece, como em 81, abaixo:

81. O café de lá é tão ruim. Eu não consegui tomar CV.

(p. 162)⁴⁴

O que se estabelece, em 81, é um vínculo de natureza intuitiva. Assim sendo, o único princípio que se poderia estabelecer para a recuperabilidade dos traços de "pro", seria um princípio decorrente das suas próprias propriedades, de sua própria natureza: um princípio de indexação livre:

PRINCÍPIO DE INDEXAÇÃO LIVRE

INDEXE "pro", livremente, fora de S.

Este princípio livre de indexação, teria a finalidade de desfazer a arbitrariedade dos traços arbitrários e do conteúdo hipotético do "pro".

Mesmo depois da aplicação do princípio de indexação livre, tal CV continuaria sendo "pro", mas não mais um "pro" arbitrário, na mente do falante.

Pelo menos em português, em relação aos dados 1, podemos admitir que há um certo grau de intuição na interpretação da CV objeto, para desfazer a arbitrariedade sintática dessa categoria não realizada.

Sendo a recuperabilidade da CV objeto totalmente livre, a noção de barreiras não é relevante e nem necessária para a indexação do "pro".

A única barreira relevante aqui é a própria sentença. Os limites de S, sim, é que devem ser respeitados para impedir a indexação do "pro" no seu domínio local.

Desse modo precisamos definir, na sintaxe, onde o "pro" não pode ser indexado. É necessário definir também que o indexador de "pro", seja qual for e onde estiver, precisa ter o mesmo índice -R deste "pro", no mesmo domínio D, mas não precisa ter o mesmo caso e nem o mesmo papel temático. Em 57 e 81, por exemplo, o indexador de "pro" não tem nem a mesma função gramatical, nem o mesmo papel temático e nem o mesmo caso da CV.

A coincidência de caso, papel temático, traços-F e índice -R entre o "pro" e a categoria de indexação ocorre em estruturas do tipo 2, onde há tópico explícito.

Acreditamos que a diferença do "pro" [+ arb.] para as estruturas 1 e "pro" [- arb.] para as estruturas 2, não seja prejudicial para a análise unitária que pretendemos, uma vez que ambos são arbitrários nos limites de S.

Para que se desfaça a arbitrariedade da CV, estamos confiando na intuição do falante e admitindo um outro nível de linguagem, além da sentença.

Já que a indexação do pronome é totalmente livre, o papel que a sintaxe pode desempenhar é limitado.

Acreditamos que o falante nativo possa ser capaz de intuir muito mais do que simplesmente desfazer a arbitrariedade dos traços de um "pro". Pode intuir inclusive a existência da CV se assumirmos, conforme CHOMSKY, que saber um verbo é saber suas pro-

priedades lexicais e seus traços de subcategorização. (p. 31)¹⁰ :
 As propriedades ou características lexicais do verbo incluem não só os esquemas de subcategorização, mas também os papéis temáticos.

Quanto ao outro nível de linguagem, no qual o pronome vai buscar referência para desfazer seus traços arbitrários, fixados na sintaxe, este não entra em contradição com o quadro teórico que assumimos. O "pro" pode indexar-se livremente, fora do seu domínio, seja onde for, até no contexto talvez.

Ao contrário de criar um paradoxo, uma das vantagens de postularmos um "pro" [+ arb.] dentro de S, e não arbitrário fora de S é a de resolver um impasse entre a teoria da gramática gerativa e outras teorias, quanto ao julgamento de agramaticalidades.

Se admitirmos um "pro" arbitrário nos limites de S podemos marcar como gramaticais, na sintaxe, seqüências até agora rejeitadas em alguns trabalhos na teoria, mas que são aceitas no ambiente discursivo.

Por exemplo, o dado 69, discutido anteriormente em 3.2.4, e o dado 82, que se segue, seriam marcados como agramaticais na sintaxe (como fizeram FARREL e HUANG), enquanto num outro nível de análise seriam aceitáveis, como vemos em 83.

82* Eu comi CV.

83. Onde está o chocolate?

Eu comi CV.

Se a CV, em 82, tivesse os traços arbitrários admitidos na sintaxe, a seqüência isolada não seria rejeitada.

Do mesmo modo, uma estrutura como 84, adiante, não pode ser rejeitada pela sintaxe, feita numa teoria mentalista, se o falan-

te nativo puder intuir que há uma CV adjacente ao verbo, embora seus traços só possam ser definidos fora de S, até no contexto.

84. Eu comprei CV ontem.

Até aqui, o único princípio que explicitamos, mas que acreditamos não ser necessário por estar já expresso no princípio B da teoria da vinculação, foi o Princípio da Indexação livre para "pro".

Tendo definido a CV na posição de objeto como "pro", o português pode então comportar o parâmetro "pro-drop" ampliado para a posição de objeto. O parâmetro "pro-drop" seria, então, um parâmetro envolvendo a retenção de pronome em duas posições na língua: na posição de sujeito e na posição de objeto.*

Então, pelo parâmetro "pro-drop" em português, são aceitáveis e gramaticais as seguintes alternativas para uma estrutura do tipo de 85 abaixo:

- 85.a) EU comprei-o.
- 85.b) "pro" comprei-o.
- 85.c) EU comprei "pro".
- 85.d) "pro" comprei "pro".
- 85.e) EU o_i comprei "pro"_i.
- 85.f) EU comprei "pro"_i nova_i.
- 85.g) EU a_i comprei "pro"_i nova_i.

Em 85a, os dois pronomes estão realizados na FF. Em 85b, há uma CV na posição de sujeito; em 85c, temos uma estrutura como

*Quanto à recuperabilidade dos traços de "pro", numa cadeia clítico, "pro"_i (como em 47: Pedro o vê) esta se faz de modo simétrico à recuperabilidade dos traços de "pro" sujeito através de conc. Os traços do "pro" objeto são recuperáveis por indexação com o clítico e os traços do "pro" sujeito por indexação com conc. o qual, segundo RIZZI³⁷, tem natureza pronominal.

a dos dados 1, onde o objeto está vazio e, portanto, a CV objeto é "pro"; em 85d há duas CVs: uma na posição de sujeito e outra na posição de objeto. Em 85e e em 85g, forma-se a cadeia representacional clítico_i"pro"_i importante para a recuperabilidade e traços do "pro". Em 85f e 85g, a presença do adjetivo, com marcas de concordância de gênero e número, permite a recuperabilidade dos traços de "pro". Estabelece-se, em 85f e 85g, uma cadeia de concordância do pro_i com o adjetivo.

Nas estruturas 85b e 85d, nas quais a posição de sujeito vazio é ocupada por "pro", o conc. do verbo, permite que recuperemos os traços de pessoa e número do "pro" sujeito, mas este permanece arbitrário quanto ao traço de gênero. Conc. não permite a recuperabilidade do traço de gênero, para o "pro" sujeito, e, então, podemos dizer que o "pro" sujeito é também arbitrário quanto ao gênero, mas não é arbitrário quanto aos traços de número e pessoa.

Quanto ao "pro" objeto, este tem traços arbitrários em S quando não há clítico e nem adjetivo na estrutura. Então o "pro" objeto é arbitrário quanto aos traços de gênero e número em 85c e 85d.

Nas estruturas 85e, 85f e 85g não podemos dizer que o "pro" objeto é arbitrário, pois seus traços são recuperáveis dentro dos limites de S, embora este "pro" esteja indexado fora de S para tomar, de um vinculador qualquer, o índice-R. Em 85e, 85f e 85g não podemos dizer que o "pro" objeto é arbitrário nem em gênero e nem em número.

Admitimos que a presença do objeto vazio, nas estruturas 85 e nas outras catalogadas para este estudo, não é consequência de movimento. Considerar o objeto vazio como não decorrente de

movimento permite dar conta, de modo unitário, do parâmetro do argumento vazio em português já que, como observou também HUANG^{2,1} nada evidencia que a queda do sujeito seja decorrente de movimento.

A favor deste modelo que assumimos como possível, focalizando propriedades da representação e não propriedades da derivação extraímos dois dados empíricos do estudo de Eunice PONTES^{3,3} sobre o tópico em português.

86. O fogão, precisa limpar o fogão. (p. 28)^{3,3}

87. Shampoo Johnson, esse eu posso usar CV. (p.29)^{3,3}

Nestes dois dados observamos que:

Em 86, a categoria na posição de objeto está lexicalmente preenchida e temos ainda um tópico realizado, o que nos leva a supor que tópico não é decorrência do movimento de um elemento de dentro da S, para fora da S. Do mesmo modo podemos assumir que o tópico dos dados 2 não é resultante do deslocamento da CV para a esquerda.

Em 87, temos reduplicação de tópico. Então nesse caso deveríamos prever duas CVs em S e só ocorre uma, o que nos leva a concluir que nos dados 2, como em 86 e 87 o tópico não decorre de movimento.

Outra vantagem dessa análise não derivacional do objeto vazio é poder incluir as tão discutidas construções com lacunas parasíticas, (parasitic gaps) sem necessidade de postular para estas estruturas operador vazio para vincular a lacuna parasítica.*

*Está fora do objetivo deste trabalho o estudo das construções relativas e das construções com "parasitic gaps". Deixamos o assunto em aberto para outras pesquisas. Acreditamos que como tais construções independem de "mova α " (p.52)¹¹ e (p.224)²⁶, podem ser tratadas num modelo representacional. Em *Connectedness*²⁶ encontramos um estudo dos "parasitic gaps" alternativo ao de CHOMSKY (p. 36)¹¹.

Tem sido afirmado na teoria que os "parasitic gaps" independem de movimento e então, a cadeia que se estabelece com o elemento realizado, a CV real e a lacuna parasítica é uma cadeia representacional. (como vimos em 1.5.2 - dado 9)

Em construções do tipo de 88 abaixo, o que observamos em confronto com a análise do objeto vazio que fizemos até aqui é que a lacuna parasítica se lexicaliza enquanto a lacuna real não. Esta, então, se comportaria como a CV das construções tipo "qu" (wh-CV) que não foram objetivo deste trabalho, enquanto a segunda lacuna se comportaria como "pro" do mesmo modo que o objeto vazio.

- 88.a) Que livro você comprou CV sem ver CV?
- 88.b) Que livro você comprou CV sem vê-los?
- 88.c) Que livros você comprou CV sem ver eles primeiro?
- 88.d)* Que livros você comprou-os sem vê-los primeiro?

Mesmo num modelo derivacional tem sido assumido que a CV parasítica, em dados como 88a, não são "produzidas" por movimento (p. 224)²⁶ como afirmou KAYNE, ou são "inacessíveis" ao movimento (p. 71)¹¹ como afirmou CHOMSKY. Portanto, construções com vazios parasíticos poderiam ser tomadas como argumento empírico a favor da adoção de um modelo representacional.

Se "mova α " não for considerado um movimento e sim uma relação, obtém-se um tratamento uniforme para CV em construções com lacunas parasíticas e para construções com apenas uma CV, como as estruturas com objeto vazio relacionadas em 3.1.

Em resumo, argumentamos neste capítulo a favor da existência da CV em posição de objeto direto em português, tendo como quadro teórico geral de referência a Teoria da Regência e Vincu-

lação (T.R.V.), proposta por CHOMSKY em 1981 e em 1982.

Propusemos uma análise unitária para a CV objeto em português, tanto para construções sem tópico realizado como para construções com tópico, a fim de atingir um dos objetivos da teoria que tem sido a busca de generalizações cada vez maiores.

Concluimos que a CV objeto em português tem natureza pronominal obedecendo ao princípio B da teoria da vinculação e que este "pro" não é gerado em consequência de movimento ou deslocamento.

Admitimos que é viável uma análise dos dados do português num modelo representacional, levando-se em consideração apenas a estrutura-S. Neste modelo, assumido como possível, não acrescentamos nenhum princípio além dos já existentes no modelo derivacional da T.R.V.

Assumimos que a subcategorização de um SN ou de uma CV por um verbo decorre de uma propriedade intrínseca do item lexical e portanto, ter objeto é uma propriedade da representação sintática.

Por este caminho chegamos à legitimação da CV objeto em português como "pro".

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos conscientes de que a pretensão de esgotar o assunto não foi atingida.

Ao terminar este trabalho vemos com clareza uma trilha muito longa que ainda poderia ser percorrida, com mais alguns anos de estudo.

A possibilidade de outras análises alternativas é inegável. Outras soluções poderiam ser propostas se a argumentação se amarrasse em outros trabalhos recentes, alguns ainda não publicados que chegaram às nossas mãos quando esta dissertação estava em sua fase final de redação.

Um deles, o de BOUCHARD⁴, datado de 1987, propõe a eliminação do princípio de projeção. Nesta perspectiva não haveria mais categorias vazias, o que contradiz totalmente a tese de 1984, do mesmo autor, (comentada em 3.2.1) como ele mesmo observa.

Não havendo categorias vazias não haveria, conseqüentemente, objetos vazios em nenhuma língua, sendo que o papel temático do objeto vazio já estaria saturado no léxico do item verbal.

Para uma abordagem desta natureza seria necessário assumirmos um quadro teórico de referência que estivesse além da Teoria da Regência e Vinculação. Seria uma teoria onde as relações temáticas teriam papel relevante e abstraindo para o futuro, a sintaxe cederia parte do seu lugar para que os itens lexicais, carre-

gados de informação semântica, definissem por si só os papéis temáticos dos argumentos dos verbos.

Convém salientar que entre os trabalhos recentes em gramática gerativa, o de BOUCHARD⁴ é o único de que temos conhecimento que enfraquece o poder do princípio de projeção e argumenta a favor da eliminação de categorias vazias na estrutura sintática.

Há, por exemplo, o extenso trabalho de ROUVERET⁴⁰, de 1987, no qual temos novecentas e sessenta páginas de gramática gerativa atual, adotando como lícita a existência de categorias vazias, inclusive com estudos sobre o português.

Confirmando mais uma vez a importância dos papéis temáticos na gramática gerativa, ROUVERET refere-se à Teoria da Ligação θ .

O trabalho de ROUVERET só foi mencionado em algumas notas e citado aqui, apenas nas considerações finais, por duas razões: primeiramente porque tivemos conhecimento dele tardiamente, através de comunicações do próprio autor⁴¹ e segundo porque ROUVERET constrói as argumentações de suas análises partindo de princípios diferentes, os quais embora sejam claramente explicitados, desviam em alguns aspectos do que até agora foi publicado.

Apesar de suas análises estarem sustentadas numa rede de argumentação decorrente de sua própria teoria, estas podem frutificar em outros trabalhos sobre o português.

Esperamos que estas considerações finais tenham deixado ao leitor a clareza da dinamicidade da teoria com a qual trabalhamos.

E que isto não sirva de desalento, mas que leve outros a encorajarem-se para acompanhar a evolução do modelo: um modelo

teórico que, se em trinta anos conseguiu tradição lingüística, vem se acelerando, nos anos 80, cada vez mais, na busca do refinamento e elegância que sempre pretendeu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ¹AOUN, Joseph. *A Grammar of Anaphora*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1985.
- ²BELLETTI, Adriana. On the Anaphoric Status of the Reciprocal Construction in Italian. *Linguistic Review*, 2(2):101-37, 1982/83.
- ³BOUCHARD, Denis. *On the content of Empty Categories*. Dordrecht, Holland, Foris, 1984.
- ⁴_____. *Null Objects and the theory of Empty Categories*. Austin, the University of Texas, 1987. 30p. (mimeografado, inédito).
- ⁵CHOMSKY, Noam A. *Aspects of the theory of Syntax*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1965. (Tradução portuguesa: Coimbra, Armênio Amado, 1975).
- ⁶_____. Remarks on Nominalization. In: JACOBS, R. & ROSENBAUM, P. *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham, Massachusetts, Ginn, 1970. p. 184-221.
- ⁷_____. Conditions on transformations. In: ANDERSON, S. & KIPARSKY, P. *A Festschrift for Morris Halle*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1973. p. 232-86.
- ⁸_____. On wh-movement. In: CULICOVER, P. et alii. *Formal Syntax*. New York, Academic Press, 1977. p. 71-132.
- ⁹_____. On Binding. *Linguistic Inquiry*. 1(1):1-46, 1980.
- ¹⁰_____. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Holland, Foris, 1981.
- ¹¹_____. *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1982.

- ¹² CHOMSKY, Noam A. *Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use*. New York, PRAEGER, 1986.
- ¹³ FARREL, Patrick. *Empty Objects in Brazilian Portuguese*. U.C. S.D., 1987. 38p. (mimeografado, inédito)
- ¹⁴ FERREIRA, Aurélio B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.
- ¹⁵ GALVES, Charlotte. *Les Relations Anaphoriques en Portugais*. Paris, 1980. Tese, Doutorado, Université de Paris IV.
- ¹⁶ _____. Pronomes e Categorias Vazias em Português do Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. 7:107-36, 1984.
- ¹⁷ _____. A interpretação reflexiva do pronome no português do Brasil. *D.E.L.T.A.* 2(2):249-64, 1986.
- ¹⁸ GODOI, Elena & GREGOLIN G, Reny M. *Os adjetivos russos: por que duas formas?* Comunicação apresentada no Encontro Nacional de Teoria da Gramática. Campinas, ago. 1987.
- ¹⁹ GRUBER, Jeffrey. *Studies in Lexical Relations*. Cambridge, Massachusetts, MIT, 1965.
- ²⁰ HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, R. *Cohesion in English*. London, Longman, 1976.
- ²¹ HUANG, James C.T. On the Distribution and Reference of Empty Pronouns. *Linguistic Inquiry*. 15(4):531-75, 1984.
- ²² JACKENDOFF, Ray. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 1972.
- ²³ _____. The status of Thematic Relations in Linguistic Theory. *Linguistic Inquiry*, 18(3): 369-411, 1987.
- ²⁴ JAEGLI, Osvaldo. *Topics in Romance Syntax*. Dordrecht, Holland, Foris, 1982.
- ²⁵ KAYNE, Richard S. Unambiguous Paths. In: MAY, R. & KOSTER, J. *Levels of Syntactic Representations*. Dordrecht, Holland, Foris, 1981. p. 143-83.
- ²⁶ _____. Connectedness. *Linguistic Inquiry*, 14(2):223-49, 1983.
- ²⁷ KOSTER, Jay. Configurational Grammar. In: MAY, R. & KOSTER, J. *Levels of Syntactic Representation*. Dordrecht, Holland, Foris, 1981. p. 185-205.

- ²⁸ LEMLE, Miriam. *Análise Sintática; teoria geral e descrição do português*. São Paulo, Ática, 1984.
- ²⁹ _____. Pronomes, Anáforas Zero: observações sobre uma mudança lingüística. *D.E.L.T.A.* 1(1/2):121-4, 1985.
- ³⁰ LOBATO, Lúcia M.P. *Sintaxe Gerativa do Português*. Da Teoria Padrão à Teoria da Regência e Ligação. Rio de Janeiro, Viçgília, 1986.
- ³¹ McCLOSKEY, James. *Syntactic Theory*. Dublin, University College, 1987. 44p. (mimeografado, inédito)
- ³² OBENAUER, Hans-Georg. On the identification of Empty Categories. *Linguistic Review*. 4:153-202, 1984/85.
- ³³ PONTES, Eunice. *O tópico no português do Brasil*. Campinas, Pontes, 1987.
- ³⁴ RAPOSO, Eduardo P. *On the null object in European Portuguese*. Santa Barbara, University of California, 1984. 17p. (mimeografado)
- ³⁵ _____. *Agreement, Case, Government and Binding: Infinitival Complements to Causative and Perception Verbs in European Portuguese*. Santa Barbara, University of California, 1987. 66p. (mimeografado)
- ³⁶ REINHART, Tania. *The Syntactic Domain of Anaphora*. Cambridge, Massachusetts, 1976. Tese, Doutorado, MIT.
- ³⁷ RIZZI, Luigi. *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht, Holland, Foris, 1982.
- ³⁸ _____. *On Chain Formation*. Preliminary versão. Università della Calabria, 1982. 51p. (mimeografado)
- ³⁹ _____. Null Objects in Italian and the theory of pro. *Linguistic Inquiry*, 17(3):501-57, 1986.
- ⁴⁰ ROUVERET, Alain. *Syntaxe des Dépendances Lexicales*. Paris, 1987. Tese, Doutorado, Université de Paris VII.
- ⁴¹ _____. Conferências no Seminário Avançado de Teoria da Gramática. Campinas, UNICAMP, ago. 1987.

- ⁴² SELLS, Peter. *Lectures on Contemporary Syntactic Theories: an introduction to Government-Binding Theory, Generalized Phrase Structure Grammar and Lexical-Functional Grammar*. Stanford, Center of the Study of Language and Information. Stanford Junior University, 1985.
- ⁴³ STOWELL, Timothy A. *Origins of Phrase Structure*. Cambridge, Massachusetts, 1981. Tese, Doutorado, MIT.
- ⁴⁴ TARALLO, Fernando. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Philadelphia, 1983. Tese, Doutorado, University of Pennsylvania.
- ⁴⁵ _____. Zelig: um Camaleão Lingüista. *D.E.L.T.A.* 2(1):127-44, 1986.
- ⁴⁶ TRAVIS, Lisa. *Word Order Change and Parameters*. Cambridge, Massachusetts, s.d. 12p. (mimeografado)
- ⁴⁷ VAN RIEMSDIJK, Henk & WILLIAMS, Edwin. *Introduction to the theory of Grammar*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1986.